

Relatório da administração 2021

Demonstrações contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE relativas ao referido exercício e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), associadas às normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do IRB Brasil RE (https://ri.irbre.com/informacoes-financeiras/resultados-trimestrais/) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br). Conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras, nota explicativa 3.2 – Demonstrações de Resultados – Visão Negócio, a Administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis diferente da apresentada na demonstração do resultado, que foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras, e que foram utilizadas na apresentação deste documento.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Esperava-se que o ano de 2021 marcasse o fim do período de pandemia iniciado em 2020, com retomada da economia e investimentos. Para o IRB, também imaginávamos que seria o ponto de inflexão, com retorno de lucratividade e crescimento. Entretanto, enfrentamos um cenário mais adverso do que o planejado, com a pandemia ainda afetando os negócios e, internamente, com sinistros de contratos subscritos antes da mudança da administração em 2020 afetando fortemente os resultados.

Nossa estrutura organizacional passou por mudanças importantes a partir da eleição do novo Diretor Presidente, Raphael de Carvalho, em setembro de 2021. Wilson Toneto, que vinha acumulando internamente a posição de Presidente, continua em seu cargo de Vice-Presidente Técnico e de Operações. Em outubro de 2021, a Vice-Presidência de Resseguros teve sua estrutura alterada, com a criação da Vice-Presidência de Danos, Responsabilidades e Riscos Especiais e da Diretoria de Vida. Em novembro de 2021, Willy Otto Jordan Neto tomou posse como novo Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores. Com isso, a estrutura organizacional teve sua renovação concluída, com objetivo de fortalecer a Companhia para seu novo ciclo estratégico.

No início de 2021, contratamos uma consultoria internacional para ajudar a desenhar a nova estratégia do IRB, que resultou no projeto “Pulse”. O projeto é focado na retomada do crescimento com rentabilidade e tem três eixos principais: Clientes, Geografia e Linha de Produtos. A nova estratégia começa por reafirmar nosso protagonismo no Brasil, que deve representar no mínimo 2/3 de nosso portfólio, avançando as claras vantagens competitivas que o IRB tem no mercado doméstico. A atuação no mercado internacional tem como prioridade os demais países da América Latina, como extensão de nossas vantagens competitivas e potencial de lucratividade. A atuação nos demais mercados internacionais se dará de maneira complementar, visando diversificação de risco e atendimento aos nossos clientes estratégicos. Tanto no mercado local como internacional nossa estratégia é de diluição de risco, buscando uma quantidade maior de negócios com menor exposição por contrato. Para tanto, intensificaremos ainda mais nosso relacionamento com clientes e brokers chave.

- 1 - Subscrição Brasil, cuja ambição é aproximar a melhor operação de subscrição do mercado local com crescimento e rentabilidade;
- 2 - Subscrição Internacional, com objetivo de reverter o posicionamento para o mercado internacional, focando na América Latina, em linhas e cedentes-chave e priorizando rentabilidade;
- 3 - Sinistros, com a missão de transformar a operação de gestão de sinistros, focando no cliente, eficiência e agilidade;
- 4 - Eficiência, para estabelecer um novo patamar de serviços e maior competitividade em precificação;
- 5 - Cultura e talentos, focada na nossa gente e criando uma cultura meritocrática centrada no cliente e na geração de resultados.

Estamos confiantes de que a estratégia está bem desenhada e de que temos um time preparado para executá-la. O negócio em que atuamos é resiliente e cresceu 30,7% em 2021, mesmo durante a crise, o que prova que temos grande potencial para retomar tanto a lucratividade quanto o nosso crescimento.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Companhia é formada por Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria-Executiva e Comitês Executivos e Estratégicos que assessoram a Diretoria e o Conselho de Administração. Esses órgãos desempenham funções específicas, de forma a assegurar transparência e as melhores práticas de gestão e supervisão do desempenho. Conta ainda com uma Secretária responsável pelo apoio direto a todas as atividades do Conselho de Administração, bem como assegura que o fluxo de informações seja direcionado temporariamente, de maneira segura, a todas as instâncias. O Conselho de Administração é composto por nove membros titulares, sendo um deles o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para mandato de dois anos, sendo permitida a recondução. Otto dos nove membros são conselheiros independentes. O Conselho é responsável por estabelecer as diretrizes e estratégias do negócio, avaliar a exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e integridade/conformidade, entre outras atribuições legais e estatutárias.

Seis comitês apoiam o Conselho de Administração (Ética, Sustentabilidade e Governança; Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos; Auditoria Estatutária; Pessoas, Nomeação e Remuneração; Riscos e Solvência e Política de Subscrição e Acompanhamento de Sinistros Vultosos), mantendo uma agenda regular de trabalho para acompanhamento, monitoramento e suporte à gestão do IRB Brasil RE.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão da Administração, em defesa da Companhia e dos seus acionistas, de caráter permanente e atualmente integrado por quatro membros eleitos em Assembleia Geral de Acionistas.

A Diretoria-Executiva é eleita pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos. No final de 2021, era integrada por um presidente e três vice-presidentes estatutários (Técnico e de Operações; Financeiro e de Relações com Investidores; Riscos, Conformidade e Jurídico), que atuam com o apoio de 12 diretores não estatutários.

Durante o ano de 2021, foram realizadas 33 reuniões do Conselho de Administração, 30 reuniões de seu Comitê de Auditoria, 68 reuniões de Diretoria e 24 reuniões do Conselho Fiscal, além de, aproximadamente, 83 outras reuniões dos comitês de assessoramento ao Conselho.

3. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Desde 2019, a Companhia tem seu capital pulverizado, sem controlador definido. Mesmo após a capitalização ocorrida em 2020, ela manteve seu status de *Corporation*, com 99% de ações em circulação negociadas em bolsa e 1% em tesouraria. A composição acionária em 31 de dezembro de 2021 segue conforme a tabela abaixo:

Acionistas	Número de ações	%
Bradesco Seguros	200.003.914	15,8%
Itaú Seguros	145.924.075	11,5%
Ações em Tesouraria	12.603.800	1,0%
Outros acionistas minoritários	909.358.542	71,7%
Total de ações	1.267.890.331	100,0%

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia adota, desde 2013, uma política de gestão de riscos com o objetivo de gerenciar, principalmente, riscos de subscrição, mercado, crédito, operacionais, estratégicos e regulatórios. Essa política é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo sua aplicação monitorada regularmente pelo próprio Conselho, pelos Comitês de Gestão de Riscos e Solvência e de Auditoria Estatutária, e pela Diretoria da Companhia.

A Administração considera que a estrutura operacional implantada, em que estão integrados o mapeamento de processos, a identificação e classificação de riscos e os respectivos controles internos, para a verificação da efetividade da operação, estão em linha com o *Enterprise Risk Management Framework* preconizado pelo C.O.S.O. Ressalta-se ainda que a Companhia promove um contínuo processo de aperfeiçoamento de sua Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e de seu Sistema de Controles Internos (SCI) e, durante o ano de 2021, contou com o apoio de uma consultoria especializada no assunto. A Companhia mantém atualizada, no mínimo anualmente, uma Declaração de Apetite por Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração e alinhada aos objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios.

Em setembro de 2020, a agência de classificação de riscos Standard&Poor's Global Ratings (“S&P”) atribuiu o *rating* de emissor do IRB Brasil RE de “brAAA” na escala Nacional Brasil, com perspectiva estável. A S&P também atribuiu o *rating* “brAAA” para a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia. Segundo a S&P, as mudanças recentes no Conselho e na Administração fortaleceram a governança e melhoraram a cultura de risco. Em novembro de 2020, a mesma agência atribuiu o *rating* “brAAA” para a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia. Mais recentemente, em 30 de setembro de 2021, a agência manteve o *rating* de crédito de emissor do IRB Brasil RE de “brAAA” na escala Nacional Brasil, com perspectiva estável.

Em 16 de dezembro de 2021, a agência A.M. Best, a mais antiga empresa de classificação de riscos com foco exclusivo no setor de seguros e resseguros, confirmou a manutenção do *Rating* de Força Financeira do IRB Brasil RE em “A-” (Excelente) e a Classificação de Crédito de Longo Prazo do Emissor (ICR de Longo Prazo) em “a-”. De acordo com o comunicado divulgado pela agência, as classificações decorrem do balanço patrimonial do IRB Brasil RE, da tendência favorável do desempenho operacional, com os esforços contínuos para reestruturação dos negócios, bem como das medidas tomadas para reforçar a estrutura e governança no âmbito de gerenciamento de riscos corporativos.

Com a visão de que a gestão de riscos é responsabilidade de toda a organização – Conselho de Administração, Diretoria e colaboradores – a Companhia segue o modelo de três linhas de defesa, aderente aos preceitos determinados pela Resolução CNSP 416/2021, estabelecendo em políticas e normativos internos os papéis e as responsabilidades para cada uma delas. A primeira linha de defesa é composta pelas vice-presidências executivas e operacionais, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia. A Vice-Presidência de Riscos, Conformidade e Jurídica, por meio da Diretoria de Gestão de Riscos e da Gerência de Conformidade, atua como segunda linha de defesa, enquanto a terceira linha é representada pela Auditoria Interna. Adicionalmente, os órgãos de fiscalização e controle devem desempenhar suas atribuições estatutárias observando os princípios estabelecidos, sempre com vistas a colaborar na implantação de processos eficientes e efetivos.

O IRB Brasil RE anualmente realiza testes do Plano de Continuidade de Negócios e do Plano de Recuperação de Desastres, como cumprimento de exigências regulatórias e melhores práticas. São simulados cenários de indisponibilidade de acesso à sede do IRB e ao *data center* principal, no Rio de Janeiro, assim como de falha absoluta em redes de comunicação de voz e dados. Todos os sistemas críticos são testados no site de contingência em São Paulo.

A Companhia dispõe de um Plano Diretor de Segurança da Informação (PDSI) que norteia as ações relacionadas à segurança da informação, dividido em quadro domínios: Gestão de Segurança da Informação, Operações de Segurança Cibernética, Gestão de Vulnerabilidade e Ameaças e Gestão de Privacidade de Dados. O IRB tem a capacidade de agir rapidamente no caso de um ataque cibernético e conta com parceiros especializados para atuação rápida em caso de incidentes, inclusive na modalidade 24 horas x 7 dias. Ademais, a Companhia ainda conta com uma apólice de seguro específica para incidentes cibernéticos.

5. ÉTICA E INTEGRIDADE

O fortalecimento das práticas de Governança Corporativa tem sido frequente na Companhia, contando com recorrente reforço ao seu compromisso na manutenção da integridade e da ética em suas atividades.

Neste sentido, normativos internos vêm sendo revisitados de forma constante, dentre os quais aqueles referentes à ética e à integridade, tais como o Código de Conduta, o Regimento Interno do Comitê de Conduta e a Política de Conformidade.

O Código de Conduta estabelece um conjunto de regras que, aliados à nossa Missão, Visão e Valores, resalta os comportamentos esperados no desempenho cotidiano de atividades, sempre baseados em uma conduta íntegra, honesta e cordial. Diante da revisão deste importante documento, parca garantiu o seu pleno conhecimento, foram realizados treinamentos sobre o referido código, contando com 07 turmas e contemplando 367 participantes, cerca de 80% dos colaboradores do IRB Brasil RE.

O Comitê de Conduta tem a responsabilidade de apurar denúncias sobre possíveis violações ao Código de Conduta, às políticas e aos normativos internos e/ou à legislação aplicável.

Já a Política de Conformidade estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades para a concepção, implementação, execução, monitoramento, avaliação e melhoria contínua das atividades destinadas à garantia da conformidade da Companhia.

Além disto, a Companhia mantém um Canal de Denúncias gerenciado por uma empresa especializada e independente, que recebe de forma autônoma e segura as denúncias – inclusive anônimas – sobre potenciais atos ilícitos, violações aos princípios éticos, padrões de comportamento atípicos, violações às políticas e à legislação vigente, assim como infrações ao Código de Conduta. Em 2021 foi implementada uma nova condução no processo de apuração e documentação das denúncias, passando a contemplar atividades e competências específicas, tais como: técnicas avançadas de entrevista com os envolvidos, análises forenses, padronização da documentação, suporte, elaboração de um modelo de relatório padrão a ser utilizado em todas as apurações, dentre outras.

Adicionalmente, foi realizada uma pesquisa sobre o Canal de Denúncia na Companhia, com objetivo de verificar as percepções e o conhecimento dos colaboradores acerca dessa importante ferramenta. Com base no resultado da pesquisa e com o intuito de prestar informações a respeito, foram realizados treinamentos sobre o canal de denúncias, contando com 07 turmas e contemplando 373 participantes, cerca de 81% dos colaboradores da Companhia.

As ações que foram implementadas possibilitam ainda mais transparência e confidencialidade nesta importante ferramenta de prevenção às condutas impróprias e/ou ilícitas.

6. INOVAÇÃO

• Prêmio Valor Inovação 2021

Em outubro de 2021, fomos reconhecidos como uma das 150 empresas mais inovadoras do país, de acordo com o prêmio Valor Inovação Brasil 2021, a mais relevante publicação de inovação do país pelos resultados obtidos no processo de inovação da Companhia. A empresa foi a 7ª colocada do setor de Seguros e Planos de Saúde e a 127ª no quadro geral do país.

Seguimos ampliando os investimentos em inovação, conscientes de que o mercado de seguros e resseguros passa por uma transformação com a crescente conectividade, refletindo novas tecnologias e mudanças no comportamento dos consumidores. Como líder do setor no Brasil, nos posicionamos como *benchmark* do mercado e motor da transformação digital, por meio de inovação e potenciais parcerias com *insurtechs* que aceleram o uso de tecnologias de ponta, como *blockchain* e inteligência artificial. Além disso, a Companhia conta com a contribuição acadêmica de universidades e institutos especializados para a pesquisa e desenvolvimento de novas soluções que fomentem o mercado de seguros e resseguros. Assim nos preparamos para apoiar os clientes em seus processos de inovação.

• Insurtech Innovation Program

Como parte do nosso modelo de inovação aberta, criamos em 2018 o Insurtech Innovation Program, desenvolvido em parceria com a PUC-Rio e uma seguradora parceira, com o objetivo de realizar pesquisas e inovação na área de seguros e resseguros. Em 2021, a iniciativa, inédita no mercado, mobilizou em seus três ciclos, 27 universitários de cursos e instituições diferentes de todo o país e 21 colaboradores da companhia, entre padrinhos e participantes, que apresentaram 22 projetos. Eles envolvem soluções para temas atuais como seguros inclusivos, seguros intermitentes, seguros *on demand*, riscos cibernéticos, mudanças climáticas, capacidades digitais e persistência dos clientes. Até aqui, o programa registra taxa de aproveitamento dos projetos de aproximadamente 20%, acima da média de iniciativas como esta. A edição 2022 será iniciada em março.

• Parceria com a B!

Firmamos parceria com B3 para desenvolver uma plataforma inédita no país para conectar corretores, seguradoras e resseguradoras em uma única rede, permitindo que as operações envolvendo contratos de seguros e resseguros sejam realizadas via internet de forma mais ágil, segura e transparente. A ferramenta é baseada na tecnologia *blockchain* e possibilitará concluir em segundos processos que hoje podem durar meses.

• IRB+Inteligência

Em novembro 2020, lançamos o novo serviço de inteligência de dados do IRB Brasil RE: o IRB+Inteligência. Oferecemos ao mercado o Boletim IRB+Mercado, que resume as operações de seguros e resseguros a partir dos dados públicos disponibilizados pela SUSEP, com foco nos seguros de danos, responsabilidades e pessoas. A análise, que é publicada mensalmente, fica disponível, na íntegra, no site da Companhia (www.irbre.com). No mesmo endereço, oferecemos ainda um painel de dados interativo, que permite fazer consultas dinâmicas aos dados. O *Dashboard* IRB+Mercado Segurador, como é chamado, foi desenvolvido pela Companhia, é gratuito, de fácil acesso e traz informações de todo o setor. No ano de 2021, foram divulgadas 10 edições.

• IRB Transformation Program - PULSE

Em julho, a Companhia iniciou o programa de transformação para o futuro, o *IRB Transformation Program – Pulse*, já citado anteriormente. Este programa engloba diversos projetos em todas as áreas da empresa, sempre tendo o cliente como foco do negócio, mediante soluções que visam retornos sustentáveis, maior eficiência e aproveitamento das nossas vantagens competitivas.

• Novo produto

Operações Garantidas

O novo seguro garantia para transações de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) no Brasil é um exemplo de como a Companhia vem trabalhando para oferecer soluções mais aderentes às necessidades de nossos clientes e parceiros de negócios. A modalidade – que pode liberar mais de R\$ 60 bilhões retidos em contas-caução, conforme informações de mercado – teve a sua primeira apólice emitida em maio de 2021 pelo IRB Brasil RE, em conjunto com clientes estratégicos. O seguro M&A, aplicado ao ramo de Garantia, tem duas principais frentes de atuação. Na primeira, ele garante ao vendedor a quitação da obrigação assumida pelo comprador quanto ao pagamento do ativo (empresal) adquirido. Na segunda, a apólice cobre eventuais passivos identificados junto à empresa a ser comprada sob os quais existam ainda incertezas quanto a sua materialização. Nesta segunda opção, ao invés do valor desses possíveis passivos ficarem custodiados em uma conta-caução para resgate em caso de materialização da obrigação, os mesmos são liberados ao vendedor mediante a apresentação da apólice.

7. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

• Capital Humano

As pessoas estão no centro de dois valores do IRB Brasil RE: Espírito de Equipe, pelo entendimento de que os colaboradores formam um time e que a Companhia cresce com as diferenças e o respeito aos outros; e Reconhecimento, com a valorização dos profissionais que fazem o IRB acontecer e a celebração de cada conquista.

No encerramento de 2021, atuavam na Companhia 457 colaboradores, sendo 410 empregados próprios e 47 terceirizados. Entre os empregados, 54% eram homens e 46% mulheres. Dos cargos de gestão, 24% são ocupados por mulheres. A taxa de rotatividade no ano foi de 14,1% (12,7% em 2020).

Em 2021, na frente de Cultura do Projeto Pulse, com base no diagnóstico realizado foram criadas mais de 20 iniciativas com ações como Programa de Multiplicadores Internos, Academia de Resseguro, Desenvolvimento de Liderança, Programa de Reconhecimento Não Financeiro, dentre outras.

Atento ao bem-estar físico e mental dos colaboradores, o Programa de Qualidade de Vida contempla ações ligadas à atividade física, como o *Gympass*, ações de apoio psicológico, em parceria com a Optum, campanhas internas com o foco na saúde e comemorações em datas festivas e em promoções. No ano, foi implementado o novo modelo de trabalho híbrido da empresa, buscando aliar qualidade de vida e maior produtividade, dando flexibilidade aos colaboradores para usar o ambiente mais adequado para realização das atividades, estando em casa ou em nossos escritórios. Maior convívio familiar e menor tempo em deslocamentos foram benefícios imediatamente percebidos.

Para manter e atrair talentos, oferecemos um pacote de benefícios que inclui plano de saúde e odontológico aos colaboradores e seus dependentes, seguro de vida, vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte e reembolso para educação dos filhos prevista em acordo coletivo de trabalho. Além disso, buscamos ações de desenvolvimento para o crescimento técnico e comportamental dos colaboradores e realizamos 40% de aproveitamentos internos em novas vagas, com o intuito de reconhecer e valorizar nosso capital humano.

Adicionalmente, 87% dos empregados aderiram ao plano de previdência complementar, que tem coparticipação da Companhia.

O Código de Conduta do IRB estabelece o repúdio a qualquer ação de assédio moral, sexual e práticas discriminatórias no que diz respeito a cor, etnia, orientação sexual, religião ou etnia. Nesse sentido, apoia também a liberdade de associação e mantemos uma relação sindical sem conflitos, greves ou paralisações nos últimos três anos.

• Responsabilidade Social Corporativa

O IRB Brasil RE sempre buscou contribuir com o desenvolvimento da sociedade por meio de iniciativas próprias, patrocínios, apoios e parcerias, com ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. E nos últimos anos, a agenda ambiental, social e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês) se tornou um tema relevante para o mercado em geral, trazendo à tona a necessidade de contar com uma política para nortear a atuação da companhia de acordo com as melhores práticas.

Em 2021, foi realizada a contratação de uma consultoria especializada para o desenvolvimento da primeira política de ESG do IRB, que deverá apoiar no direcionamento e integração dos temas ESG com a estratégia da Companhia e as oportunidades de negócio, visando à prevenção de impactos negativos e à ampliação dos impactos positivos ao meio ambiente e à sociedade.

No campo social, contribuimos com o Projeto Sem Barreiras, que oferece aulas de atletismo, vôlei e judô a crianças e jovens da comunidade de São Carlos, no Estádio, e de bairros da região central da cidade do Rio de Janeiro.

• Fornecedores

A Companhia adota critérios rigorosos na contratação de fornecedores, incluindo, por exemplo, a política de *Know Your Supplier* (KYS), em que uma *due diligence* é realizada antes da assinatura dos contratos para assegurar que os fornecedores cumprem a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como não utilizem trabalho infantil ou escravo e adotem práticas que evitem eventual sinistro ou passivo socioambiental.

• Aspectos Ambientais

O ano de 2021 foi atípico para todos, inclusive para as empresas. Como medida de prevenção à Covid-19, o IRB Brasil RE manteve seus colaboradores em *home office*. Para que o modelo híbrido pudesse ser implementado no final do ano, a empresa reformulou seus escritórios, respeitando o distanciamento e capacidades máximas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, mantendo a aferição de temperaturas, consultas a profissionais da saúde e o acompanhamento das condições de saúde dos empregados.

Ponto de destaque também durante o período de pandemia foi a redução da utilização dos recursos naturais como água e energia, além dos consumíveis de limpeza e higiene, com redução de até 51% nessas categorias.

O IRB Brasil RE tem adotado práticas que visam a reduzir os danos ao meio ambiente, como a digitalização de processos físicos, programa de coleta seletiva de resíduos recicláveis que passaram a ser doados para cooperativas, não utilização de copos plásticos, uso eficiente de água e luz e a contratação de empresa certificada para o descarte do lixo eletrônico. Desde 2017, os empregados da Companhia participam das iniciativas de redução da produção de resíduos, por meio do programa *Reduza Seus Resíduos*. Cada colaborador recebeu um copo reutilizável – chamado *Menos 1 Lixo* – e, na sequência, uma caneca de cerâmica para o cafézinho. Com a iniciativa, deixou-se de utilizar, anualmente, mais de 370 mil copos plásticos de água e outros 110 mil de café. Desde 2019 há um sistema de automação energética do prédio-sede, no Rio de Janeiro, pelo qual o consumo energético pode ser acompanhado de maneira remota. Em uma segunda fase, será possível também remotamente acender e apagar luzes e acionar a refrigeração. Está previsto também instalar um novo sistema de controle de uso de água, detectando desperdícios. Esse prédio conta também com telhado verde, com cobertura vegetal que proporciona benefícios como, por exemplo, redução da temperatura interna e consequente economia de energia, isolamento acústico e bicicletário com tomadas para bicicletas elétricas.

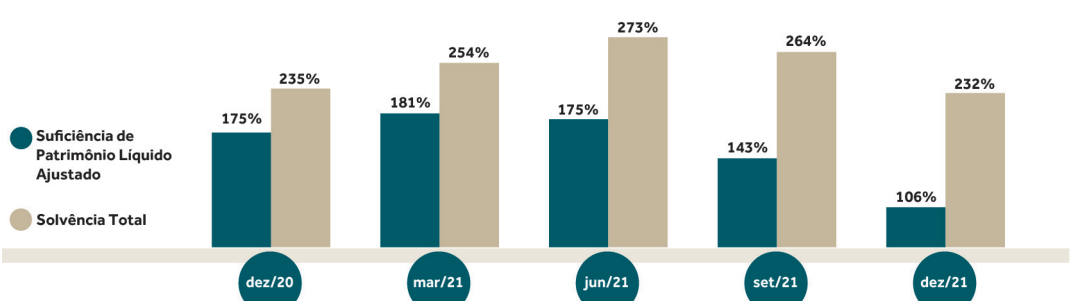
No prédio da filial de São Paulo há o sistema de água de reuso, automação de iluminação e sistema inteligente dos elevadores que reduz o consumo de energia elétrica, bicicletário e vestiário. O edifício tem certificação *Leed Core & Shell* emitida pelo *Green Build Council* para construções autossustentáveis.

8. ÍNDICES REGULATÓRIOS

a) Suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado

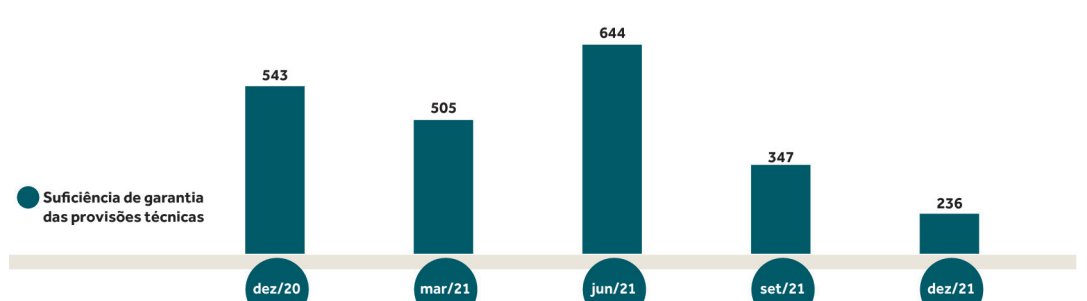
A Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado, na data-base de 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 89,6 milhões.

Em que pese a Companhia ter apresentado suficiência de patrimônio líquido ajustado frente ao capital mínimo requerido em dezembro de 2021, observa-se redução neste indicador frente ao apresentado em dezembro de 2020. Tal redução advém de vários fatores, sendo o mais representativo as perdas contábeis registradas neste exercício. Neste sentido a Administração avalia de forma permanente medidas para reforçar sua estrutura de capital e elevar este indicador regulatório, tais como: (i) operações estruturadas redutoras de provisões ou transferência de carteiras em run-off; (ii) vendas de participações imobiliárias; (iii) redução de capital ocioso em subsidiárias; (iv) emissão de dívida subordinada; e (v) subscrição de ações, entre outros. Outro pilar importante são as melhorias de resultados técnicos previstas em razão das diversas medidas de re-subscrição adotadas ao longo dos últimos meses. Considerando a estrutura de capital atual e as possíveis medidas supracitadas, a Administração espera manter para o próximo período suficiência neste indicador regulatório.



b) Suficiência de garantia de provisões técnicas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava suficiência de garantia de provisões técnicas de R\$235,5 milhões.



9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Prêmio Emitido, Prêmio Retido e Prêmio Ganho

No ano de 2021, o volume total de prêmio emitido decresceu 8,7% em relação a 2020, totalizando R\$8.760,5 milhões. O prêmio emitido no Brasil totalizou R\$5.329,2 milhões, o que representou um incremento de 9,3%, refletindo a resiliência do negócio em um ano de pandemia. Já o prêmio emitido no exterior foi de R\$3.431,3 milhões, com redução de 27,3% em relação a 2020. A menor contribuição do prêmio emitido no exterior em 2021 decorre, principalmente, da estratégia de *re-underwriting* amplamente divulgada pela Companhia.

No ano de 2021, a despesa com retrocessão apresentou uma redução de 24,1%, refletindo a queda no prêmio emitido. Assim, o total do prêmio retido foi de R\$5.556,1 milhões, com incremento de 3,3% em relação ao ano anterior, como reflexo da redução da despesa de retrocessão. Por fim, o total de prêmio ganho nos doze meses do ano foi de R\$5.900,5 milhões, com aumento de 3,8% em relação a 2020 devido ao efeito positivo na variação das provisões técnicas.

Sinistro Retido

Em 2021, o sinistro retido total foi de R\$5.988,0 milhões, crescimento de 3,0% em relação a 2020. O índice de sinistralidade total melhora 0,8 p.p. em relação a 2020, de 102,3% para 101,5%. O aumento nominal no sinistro retido no ano de 2021 pode ser explicado pelos seguintes fatores: (i) contratos subscritos em anos anteriores a 2020, que não foram renovados, mas cujos sinistros ainda impactaram o resultado de 2021; e (ii) contratos vultosos que apresentaram sinistros em decorrência da sua operação.

Resultado de Subscrição

Em 2021, o resultado de subscrição foi similar ao ano de 2020, negativo em R\$1.568,7 milhão, ainda impactado pelo alto volume de sinistros retidos no período, cujas razões são citadas no item anterior (sinistro retido). Ainda que a elevada sinistralidade tenha revertido nossas expectativas de inflexão nos resultados em 2021, acreditamos que as medidas adotadas pela Companhia serão um importante alcece para retomada do crescimento e rentabilidade. Além das mudanças mencionadas na estrutura organizacional e da contratação de consultoria internacional para redefinir a estratégia da Companhia, listamos, a seguir, outras medidas estruturais adotadas:

- 1) Governança e processos – um conjunto de regras e diretrizes foram criados para reforçar a gestão orientada para resultados, definindo responsabilidades e autoridades na aceitação dos negócios. Essas mudanças ocorreram em 3 diferentes pilares:
 - ✓ Revisão e redefinição de objetivos de rentabilidade por linha de negócios;
 - ✓ Revisão das *alçadas* e *guidelines* da Companhia;
 - ✓ Decisão colegiada para casos mais relevantes e riscos vultosos;
- 2) Readequação da estratégia de atuação em cada linha de negócio e definição de apetite por risco – após o diagnóstico das causas, foram definidas as seguintes ações de ajuste de portfólio para recuperar a rentabilidade das principais carteiras:
 - ✓ Saída/redução significativa em contratos com exposição em regiões não foco, especialmente em ramos/linhas de negócios com excessiva volatilidade;
 - ✓ Diluição da participação ou saída em riscos individuais gravosos, reduzindo os picos de exposição e severidade dos sinistros em carteiras facultativas/avulsas, diversificando o portfólio;
 - ✓ Retrocessão: Ajustes no portfólio permitem uma otimização/redução dos custos de proteção de carteira, tornando-a mais eficiente;
 - ✓ Ajustes em termos e condições de negócios aceitos: Ciclo atual do mercado permite um maior ajuste nos termos e condições dos contratos/riscos facultativos, melhorando a perspectiva de resultados da companhia no curto/médio prazo.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro e patrimonial foi de R\$618,2 milhões em 2021, um incremento significativo em relação a 2020, decorrente do maior estoque de investimentos e do aumento da taxa Selic, além do efeito não-recorrente da atualização monetária da ação de recuperação de PIS/PASEP. Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 145 da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações, bem como a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, caso os tenha.

Despesa Administrativa

Em 2021, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$387,5 milhões, incremento de 23,8% em relação a 2020, principalmente devido às despesas com pessoal próprio e despesas judiciais.

Resultado Líquido

A Companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$682,7 milhões em 2021, comparado ao prejuízo líquido de R\$1.481,5 milhões em 2020.

10. IMPACTOS CAUSADOS PELA COVID-19

Com respeito às carteiras de negócios da Companhia, os principais impactos estão relacionados ao aumento da sinistralidade retida de certos ramos. Desde o início da pandemia nosso resultado foi impactado diretamente por sinistros retidos que totalizaram R\$ 168 milhões, conforme quadro abaixo:

Segmento	2021	2.020	Total
Pessoas	116.864	13.987	130.851
Patrimonial e Responsabilidade	22.691		

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

continuação

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
ATIVO		14.001.807	15.380.021	13.990.281	15.395.637
CIRCULANTE		5	8.231	14.190	14.563
DISPONÍVEL		8.231	14.190	38.774	14.563
Caixa e equivalentes de caixa		8.231	14.190	38.774	14.563
ATIVOS FINANCEIROS	6.1	4.014.753	3.880.318	3.966.341	3.852.340
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	7.1	4.105.081	5.764.412	4.105.081	5.764.412
Operações com seguradoras		7.2	3.215.171	4.193.770	3.215.171
Operações com resseguradoras		7.2	919.770	1.496.530	919.770
Outros créditos operacionais		7.2	30.738	139.172	30.738
(-) Redução ao valor recuperável		7.3	(60.598)	(60.598)	(60.060)
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS	9.2	5.599.720	5.093.437	5.599.720	5.093.437
Prêmios - retrocessão		9.2	1.201.522	1.352.762	1.201.522
Sinistros - retrocessão		9.1	4.386.902	3.732.920	4.386.902
Outras provisões		9.3	11.346	7.755	11.346
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	10	149.517	500.690	155.857	543.908
Títulos e créditos a receber		10	21.926	329.495	27.432
Títulos de crédito privado			-	307.132	-
Outros títulos de crédito			21.926	22.365	27.432
Créditos tributários e previdenciários		11.1	127.591	171.195	128.425
DESPESAS ANTECIPADAS	12	10.623	7.538	10.626	7.541
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	12	113.832	119.436	113.832	119.436
NÃO CIRCULANTE		8.564.241	6.979.362	8.684.160	7.094.767
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.1	4.976.262	4.461.615	4.976.262
ATIVOS FINANCEIROS	7.1	11.677	-	11.677	-
Créditos das operações com resseguros e retrocessões		7.1	11.677	-	-
Outros créditos operacionais			-	11.677	-
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS	9.2	81.270	68.386	81.270	68.386
Prêmios - retrocessão		9.2	81.270	68.386	81.270
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	10	3.297.860	2.232.628	3.340.936	2.303.094
Títulos e créditos a receber		10	589.816	550.711	589.816
Títulos de crédito privado			426.875	387.600	426.875
Outros títulos de crédito			162.941	163.111	162.941
Créditos tributários e previdenciários		11.1	2.474.149	1.455.463	2.517.225
Créditos tributários		11.1	406.092	165.843	449.168
Ativo fiscal diferido		11.1	2.068.057	1.289.620	2.068.057
Depósitos judiciais e fiscais		23	233.895	226.454	233.895
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	12	13.865	11.558	13.865	11.558
INVESTIMENTOS	4.1	28.876	61.870	22.124	22.323
Participações societárias		13	4.570	4.885	88.034
Imóveis destinados à renda			371	211	371
Outros investimentos		14	64.503	72.505	64.503
IMOBILIZADO	14	64.503	72.505	64.503	72.582
INTANGÍVEL		15	84.989	65.704	85.120
TOTAL DO ATIVO		22.566.048	22.359.383	22.674.441	22.490.404

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis. As informações apresentadas acima foram elaboradas para melhor compreensão do leitor. A conciliação entre os respectivos valores e os formulários de demonstrações financeiras padronizadas disponibilizado no Empresas.Net (sistema CVM) estão apresentadas no Anexo 2 - Outras informações que a Companhia entenda relevantes.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE		17.314.052	16.306.240	17.351.763	16.437.261
CANTAS A PAGAR		118.256	170.158	155.967	301.179
Obrigações a pagar		16	19.999	47.918	26.605
Impostos e encargos sociais a recolher			28.297	38.742	28.522
Provisões trabalhistas			12.665	10.918	12.797
Provisões para benefícios pós-emprego		26.4	42.409	43.886	42.409
Impostos e contribuições a recolher		18	4.532	24.534	35.280
Empréstimos e financiamentos		17	10.354	4.160	10.354
DEBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	19.1	2.051.671	2.569.668	2.051.671	2.569.668
Operações com seguradoras			2.572	4.489	2.572
Operações com resseguradoras			1.810.175	2.336.361	1.810.175
Corretoras de resseguros e retrocessões			160.141	181.384	160.141
Outros débitos operacionais			78.783	47.454	78.783
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	8	107.977	317.441	107.977	317.441
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES		15.036.148	13.248.973	15.036.148	13.248.973
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		15.036.148	13.248.973	15.036.148	13.248.973
Provisão de prêmios não ganhos		20.1	2.812.762	3.789.614	2.812.762
Riscos vigentes emitidos			2.515.874	2.969.835	2.515.874
Riscos vigentes não emitidos			296.888	308.779	296.888
Sinistros a liquidar		20.2	8.842.862	6.417.059	8.842.862
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		20.2	3.155.351	3.341.396	3.155.351
NÃO CIRCULANTE		225.177	211.904	225.177	211.904
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.617.636	1.638.341	1.638.341	1.638.341
CANTAS A PAGAR		1.246.767	1.297.884	1.317.449	1.297.884
Provisões para benefícios pós-emprego		26.4	415.469	474.143	415.469
Empréstimos e financiamentos		17	819.107	816.476	819.107
Obrigações a pagar		16	12.191	7.265	4.426
Impostos e contribuições a recolher		18	-	-	78.447
DEBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	19.1	789	789	789	789
Outros débitos operacionais		19.1	789	789	789
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES	20.1	293.922	282.999	293.922	282.999
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		293.922	282.999	293.922	282.999
Provisão de prêmios não ganhos			293.922	282.999	293.922
Riscos vigentes emitidos			282.631	271.151	282.631
Riscos vigentes não emitidos			11.291	11.848	11.291
Outros débitos			76.158	56.669	76.158
Contingências civis e trabalhistas		23	60.036	56.669	60.036
Obrigações fiscais		23	16.122	-	16.122
TOTAL DO PASSIVO		18.931.688	17.944.581	19.040.081	18.075.602
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.634.360	4.414.802	3.634.360	4.414.802
Capital social			4.219.524	4.219.524	4.219.524
Capital social autorizado			4.253.080	1.953.080	4.253.080
Aumento de capital em aprovação			-	2.300.000	-
Gasto com emissão de ações			(33.556)	(33.556)	(33.556)
Reservas de capital			1.006	1.006	1.006
Ajustes de avaliação patrimonial		24.2	(283.760)	(283.760)	(283.760)
Reservas de lucros		24.3	148.666	832.747	148.666
Ajustes de avaliação patrimonial			(451.076)	(451.076)	(451.076)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.566.048	22.359.383	22.674.441	22.490.404

Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método direto)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Atividades operacionais				
Recebimentos de prêmios	9.591.200	9.914.131	9.591.200	9.914.131
Recuperações de sinistros e comissões	1.229.922	1.558.621	1.229.922	1.558.621
Outros recebimentos (pagamentos) operacionais - salvados, ressarcimentos e outros	(339.208)	66.142	(339.208)	66.142
Recebimento acordo judicial (nota 10)	358.158	-	358.158	-
Pagamentos de sinistros	(5.417.972)	(6.663.461)	(5.417.972)	(6.663.461)
Pagamentos de despesas de sinistros, comissões e outros	(1.712.821)	(1.532.338)	(1.712.821)	(1.532.338)
Resgates de prêmios por cessão de riscos	(2.879.548)	(2.800.682)	(2.879.548)	(2.800.682)
Pagamentos de despesas e obrigações	(509.541)	(448.915)	(504.406)	(556.397)
Recebimentos operacionais das controladas - venda de participação em shopping centers, imóveis e fundo imobiliário	-	-	-	877.484
Recebimentos operacionais das controladas - aluguéis e taxa de gestão e performance	-	-	-	59.798
Recebimentos de juros e dividendos	1.635	324	2.622	324
Reversão (constituição) de depósitos judiciais	(19.879)	18.312	(19.879)	18.312
Caixa gerado pelas operações	301.946	112.134	367.866	963.936
Imposto de renda e contribuição social pagos	(168)	(64.208)	(10.676)	(134.344)
Juros pagos	(54.024)	-	(54.024)	-
Investimentos financeiros				
Aquisição de ativos financeiros de investimentos ao valor justo por meio do resultado	(11.655.567)	(8.765.167)	(11.655.567)	(9.543.155)
Vendas e resgates de investimentos ao valor justo por meio do resultado	11.221.414	6.331.757	11.222.540	7.227.019
Investimentos financeiros líquidos	(434.153)	(2.433.410)	(433.027)	(2.316.136)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(186.399)	(2.385.484)	(129.861)	(1.486.544)
Atividades de investimento				
Ativos financeiros de investimentos disponíveis para venda	(3.304.258)	(5.993.989)	(3.315.343)	(5.993.989)
Vendas e resgates de investimentos disponíveis para venda	3.531.687	4.843.505	3.537.836	4.778.356
Dividendos - Participações societárias	32.312	359.534	-	-
Redução de capital - Participações societárias	-	484.851	-	-
Pagamento pela compra de:				
Investimentos	(10.880)	-	-	-
Imobilizado	(5.174)	(3.514)	(5.174)	(3.516)
Intangível	(55.250)	(56.567)	(55.250)	(56.567)
Arrendamento mercantil	(925)	(3.608)	(925)	(3.608)
Recebimento pela venda de:				
Imobilizado	-	9.575	-	9.575
Caixa gerado pelas (consumido nas) atividades de investimento	187.512	(360.213)	161.144	(1.269.749)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	2.300.000	-	2.300.000
Gasto com emissão de ações	-	(33.556)	-	(33.556)
Ágio na emissão de ações	-	1.006	-	1.006
Distribuição de JCP	(24.815)	-	(24.815)	-
Emissão de Debêntures	-	826.632	-	826.632
Custo na emissão de debêntures	(1.104)	(9.792)	(1.104)	(9.792)
Aquisição das próprias ações	-	(270.870)	-	(270.870)
Caixa gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento	(25.919)	2.813.420	(25.919)	2.813.420
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(24.806)	67.723	5.364	57.127
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	18.847	(78.428)	18.847	(78.428)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa após a variação cambial	(5.959)	(10.705)	24.211	(21.301)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.190	24.895	14.563	35.864
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.231	14.190	38.774	14.563

Conciliação entre o prejuízo do exercício e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

	(682.701)	(1.481.516)	(682.701)	(1.481.516)
Prejuízo do exercício				
Ajustes ao prejuízo do exercício				
Depreciações e amortizações	44.071	44.773	44.374	

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A – Informações gerais

1.1. Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires e Londres. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de fevereiro de 2022.

1.2. Informações complementares

1.2.1. Impactos causados pelo novo coronavírus ("COVID-19")

Como resultado do surto global de uma nova cepa de coronavírus, ou COVID-19, surgiram incertezas que continuam a ter um impacto adverso nas condições econômicas e de mercado globais, incluindo o Brasil.

Em resposta ao surto, a Companhia adotou várias medidas destinadas a proteger a saúde de seus funcionários e a estabilidade de suas operações, entre as quais: (i) implementação de uma política de trabalho em casa e várias medidas preventivas relacionadas e, (ii) suporte remoto ao cliente por nossa equipe. Além disso, o IRB Brasil RE mantém um Comitê de Crise para desenvolver e acompanhar um plano estratégico de ação, visando estar preparado para enfrentar os potenciais impactos trazidos pela pandemia.

Com respeito às cartezas de negócios da Companhia, os principais impactos estão relacionados ao aumento da sinistralidade retida de certos ramos. Desde o início da pandemia nosso resultado foi impactado diretamente por sinistros retidos que totalizaram R\$ 168.295, conforme quadro abaixo:

	2021	2020
Pessoas.....	116.864	13.987
Patrimonial e Responsabilidades.....	22.691	7.749
Riscos Financeiros.....	3.677	-
Demais.....	3.057	270
	146.289	22.006

(a) Pessoas

A pandemia era um risco excluído na maioria dos contratos domésticos da Companhia, não obstante considerando o aumento na demanda pelo produto de seguro de vida individual nos últimos meses das Seguradoras nacionais, passamos a oferecer e ofertar esta cobertura a partir das renovações de nossos contratos. Em alguns contratos internacionais a cobertura de pandemia estava prevista. Os sinistros por mortes decorrentes de COVID-19 no exercício de 2021 representaram cerca de R\$ 116.864, frente ao montante de R\$ 13.987 de sinistros semelhantes incorridos no exercício anterior, considerando negócios domésticos e internacionais nessa carteira, em bases retidas.

Com o avanço da vacinação em todas as geografias em que operamos, notadamente no Brasil, e a provável redução do impacto da variante Ômicron, estimamos o arrefecimento no volume de mortes. Outro aspecto importante é que com a vacinação e cobrança da cobertura de pandemia, devemos ao longo de 2022 aumentar nosso Prêmio Ganho do Ramo. Ambos os fatores devem propiciar recuperação gradativa dos efeitos adversos observados desde o início da COVID-19.

(b) Patrimonial e Responsabilidades

A receita de resseguro varia em função dos valores ressegurados com base no preço dos ativos das empresas. Caso ocorra queda no preço destes bens, o valor ressegurado será menor, podendo impactar no prêmio emitido dessa linha de negócio. Com a redução da produção e faturamento das empresas, os valores ressegurados com base nos lucros das empresas sofrerão impacto, e o prêmio emitido dessa linha de negócio também poderá ser afetado. Contudo, nos últimos meses, impactos muito pequenos têm sido observados, que são quase totalmente compensados pelo aumento de taxas em face do hard market. Com relação à sinistralidade dos negócios domésticos, é imprescindível que ocorra um dano material previsto no contrato para gerar alguma indenização decorrente da paralisação dos negócios. Como regra internacional, danos decorrentes de doenças e pandemia estão explicitamente excluídos das apólices, e desta forma os prejuízos estão limitados a exceções que garantem este tipo de cobertura. No exercício de 2021, os sinistros associados ao COVID-19 totalizaram aproximadamente R\$ 22.691 nessas carteiras, comparadas a R\$ 7.749 no exercício de 2020, em bases retidas para negócios no Brasil e no exterior. Existem movimentos nos mercados internacionais que buscam viabilizar o enquadramento de algum tipo de sinistro de lucros cessantes decorrente da pandemia via tribunais. Portanto, em caso de eventuais desdobramentos negativos das referidas discussões judiciais, a Companhia poderá registrar perdas específicas nesta linha de negócio.

(c) Riscos Financeiros

A retração econômica representa menos investimentos diretos e indiretos, impactando a necessidade de garantias, tanto no setor público quanto no privado. Adicionalmente, o adiamento e/ou cancelamento de privatizações, concessões e Parcerias Público Privadas na esfera pública, e projetos de investimento na esfera privada impactam os prêmios de seguro e resseguro.

Não foi observado impacto expressivo relacionado ao Coronavírus nas operações da Companhia no período, pelo fato da carteira ser predominantemente formada por grandes empresas.

A Companhia também não observou, até a presente data, impactos significativos decorrentes do COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis. Em 2021 registramos sinistros retidos na ordem de R\$ 3.677.

A extensão do impacto do COVID-19 no desempenho operacional e financeiro ainda depende de desenvolvimentos futuros, incluindo a duração e a propagação do surto e seu impacto sobre os clientes da Companhia, e, portanto, não pode ser estimada com precisão. Se a pandemia ou a desaceleração econômica resultante continuarem a piorar, poderá ser experimentado pela Companhia maior volume de sinistros ou níveis mais altos de provisões técnicas, o que poderia ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

1.2.2. Desdobramentos da investigação sobre a base acionária

De 4 de março de 2020, o Conselho de Administração do IRB Brasil RE determinou a instalação de procedimento de apuração de forma a identificar as circunstâncias exatas da divulgação de informações, pela Companhia, relativas à sua base acionária. Em 26 de junho de 2020 foi concluída a investigação independente realizada pela KPMG Assessoria Ltda. e Falsberg Advogados sobre a divulgação das informações acerca da base acionária da Companhia. Esta investigação identificou os responsáveis pela disseminação de informação inverídica acerca da base acionária da Companhia – notadamente no tocante à empresa americana Berkshire Hathaway -, os quais praticaram estes atos irregulares, em caráter individual, fora de seus mandatos e de seus poderes regulares de gestão.

Adicionalmente, a Companhia detectou a existência de irregularidades no pagamento de supostos bônus a ex-Diretores e outros colaboradores do IRB Brasil RE por meio de sua controlada, de natureza imobiliária. A Companhia também verificou que, em fevereiro e março de 2020, foram realizadas operações de recompra de ações da Companhia que ultrapassaram, em 2.850.000 ações, as quantidades autorizadas pelo Conselho de Administração.

Todas as referidas operações foram realizadas à revelia do Conselho de Administração do IRB Brasil RE e os responsáveis primários, já identificados por todas as irregularidades apuradas, não integram mais os quadros da Companhia.

A atual Administração do IRB Brasil RE apresentou as conclusões de todas as apurações acima indicadas ao Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro/RJ, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A Companhia vem contribuindo com as investigações que estão sendo conduzidas pelas autoridades competentes, fornecendo os devidos esclarecimentos, bem como todas as informações e documentos requisitados. Do mesmo modo, adotou as devidas providências legais a fim de se ressarcir de todos os prejuízos que lhe foram causados por condutas irregulares cometidas pelos indivíduos envolvidos, em especial por meio do ajustamento de ação de responsabilidade em face de Ex-Diretores Estatutários da Companhia, a qual foi devidamente aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2020, realizada em 31.07.2020.

1.2.3. Levantamento interno sobre informações contábeis

Considerando os indícios de disseminação de informações inverídicas mencionadas acima, a Administração da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, adotou procedimentos adicionais de levantamento de dados e informações, com auxílio de especialistas externos de consultoria forense, para verificar a existência de manipulações de informações e dados contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e períodos anteriores. Os trabalhos foram substancialmente concluídos em 26 de junho de 2020 e como resultado, as seguintes ações principais foram ou estão sendo adotadas:

- Governança Corporativa:** revisão do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de avançar às melhores práticas; ampliação no número de conselheiros independentes e eliminação de suplências; ampliação do número de diretores estatutários e melhor especificação das respectivas responsabilidades; revisão dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e de seus respectivos regimentos internos, prevendo a participação de especialistas externos e; criação de projeto, com apoio de consultoria externa especializada, para avaliação, proposição e implementação de aperfeiçoamentos no que tange à Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e o Sistema de Controles Internos (SCI) e a Estrutura de Governança da Companhia, envolvendo refinamentos na sua estrutura organizacional, ajustes em praticamente todas as políticas corporativas, em especial as que tratam de alçadas decisórias, e regimentos internos dos órgãos colegiados, além de melhorias no processo de gestão de riscos e controles via sistema integrado, e um programa abrangente de treinamentos por toda hierarquia, com atenção especial aos cargos de alta responsabilidade;
- Pessoas:** substituição de executivos que exerciam funções-chave, incluindo Diretoria Executiva e Estatutária; afastamento de colaboradores; análise da estrutura funcional da Companhia; redefinição de política de bônus e demais benefícios vinculados à performance individual dos colaboradores e executivos, com maior ênfase à meritocracia e às atribuições específicas de cada função;
- Controles Internos:** (i) levantamento de processos internos, para identificar e corrigir eventuais vulnerabilidades dos controles internos que teriam permitido a ocorrência de manipulações; (ii) análise e redefinição, quando aplicável, das políticas contábeis e atuárias internas que requerem julgamentos críticos, notadamente relacionados às reservas técnicas; (iii) revisão de diversos *guidelines*, entre eles de sinistros e subscrição; (iv) levantamento de políticas e procedimentos de tecnologia de informação, notadamente em relação à revisão de controles de acesso e segregação de funções; (v) correção das vulnerabilidades dos canais de denúncias; (vi) revisão do Código de Conduta da Companhia e; (vii) programa de treinamento do Código de Conduta e Canal de Ética da Companhia;

- Demonstrações Contábeis:** representação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e informações trimestrais de 2019.

A Companhia continuará atuando na prevenção de fraudes e manipulações, mediante a adoção de uma política rígida de ética e conduta a ser disseminada entre todos os seus colaboradores, clientes e parceiros. O IRB Brasil RE consiste em uma instituição antiga, sólida, tradicional, com elevados níveis de solvência e performance operacional consistente e manterá o compromisso de atuar com responsabilidade e integridade perante os seus clientes, acionistas, o mercado e demais *stakeholders*.

1.2.4. Representações Criminais

Em 17 de agosto de 2020, a Companhia informou ao mercado que apresentou representação criminal ao Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro acerca das irregularidades encontradas nas informações trimestrais da Companhia, inclusive aquelas divulgadas em 18 de fevereiro de 2020, conforme desvios e manipulações contábeis, entre outras irregularidades identificadas pelas investigações internas e forenses realizadas, que levaram ao refazimento das demonstrações contábeis do exercício de 2019, conforme divulgado no Fato Relevante de 29 de junho de 2020.

Adicionalmente à referida representação criminal relacionada às manipulações contábeis, existem outras duas representações criminais em curso, as quais foram apresentadas com base em toda a documentação apurada nas investigações internas referentes (i) à base acionária da Companhia (Nota Divulgada pela empresa americana Berkshire Hathaway em 03.03.2020), bem como (ii) às irregularidades na distribuição de bônus a Ex-Diretores Estatutários e Colaboradores da Companhia e no programa de recompra de ações aprovado em 19.02.2020.

Três representações criminais acima mencionadas encontram-se em fase instrutória e não de acusação.

1.2.5. Inquéritos Administrativos perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Atualmente a Companhia é alvo de inquéritos administrativos perante a CVM, os quais apresentam os seguintes objetos descritos abaixo: (i) Inquérito Administrativo CVM nº 19957.003612/2020-91: Inquérito administrativo instaurado para apurar eventuais irregularidades relacionadas a operações na B3 envolvendo ações ordinárias de emissão do IRB Brasil RE e seus derivativos, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2020. O inquérito teve origem no Processo Administrativo nº 19957.002942/2020-11, que foi instaurado para avaliar operações na B3 envolvendo ações ordinárias de emissão do IRB Brasil RE e seus derivativos, em decorrência: (i) da queda observada na cotação das ações de emissão da Companhia após a divulgação da Squadra Investimentos – Gestão de Recursos Ltda. ("Squadra"); (ii) do possível conflito de interesse, inclusive publicamente admitido pela Squadra, vez que mantém investimentos short nas ações de emissão da Companhia; (iii) dos eventos subsequentes que reforçaram a queda da cotação das ações de emissão da Companhia, culminando com a renúncia do Presidente e do Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia em 4 de março de 2020. Em 25.11.2021, a CVM concluiu o referido inquérito e instaurou o Processo Administrativo Sancionador nº 19957.993611/2020-91, no qual foram acusados os ex-administradores do IRB Brasil RE, o Diretor Presidente por falha no dever de diligência ao divulgar informação falsa ao mercado, sem tomar os devidos cuidados para verificar a veracidade da informação e Vice-Presidente Executivo, Financeiro e de Relações com Investidores, pela prática de manipulação de preços no mercado de valores mobiliários.

(ii) Inquérito Administrativo CVM nº 19957.003612/2020-35: Inquérito administrativo instaurado para apurar eventuais irregularidades relacionadas à divulgação de informações por parte do IRB e seus administradores. O inquérito teve origem nos Processos CVM nº 19957.011072/2019-20, nº 19957.001517/2020-05 e nº 19957.000767/2020-10 instaurados para apurar as supostas levantadas pela empresa Squadra Investimentos – Gestão de Recursos Ltda. ("Squadra") acerca da conformidade das demonstrações financeiras do IRB às normas contábeis e regulatórias vigentes. O inquérito se encontra em fase instrutória e não de acusação.

1.3. Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações apresentadas no anexo 1 dessas demonstrações contábeis são requeridas pela SUSEP conforme estabelecido na Circular nº 517/2015 e alterações subsequentes, mas não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Portanto, as mesmas estão sendo apresentadas como informações que a Companhia entenda relevantes.

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 27.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas refere-se ao uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 28.

A Companhia possui sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis desta sucursal estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

O IRB Brasil RE possui sucursal em Londres com o objetivo de administrar o *runoff* de carteiras em que outora a empresa operava. A Companhia contratou consultoria externa especializada para revisão de suas estratégias e avalia as alternativas a respeito do futuro da sucursal de Londres. Assim que concluída e aprovada pela Administração da Companhia a respectiva revisão será objeto de divulgação ao mercado.

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Como as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, as referidas políticas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. Os IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

1.3.1. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4.2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui uma empresa que concentra os investimentos imobiliários da Resseguradora e uma Asset Management. A Companhia aportou capital no IRB Asset Management (subsidiária integral da Companhia) em 2017. Em 16 de julho de 2018, a CVM autorizou a prestação dos serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários pela referida subsidiária. Após os procedimentos próprios perante a ANBIMA, e preparação para entrada em operação, a IRB Asset Management passou a fazer a gestão dos fundos de investimento exclusivos outora sob gestão da própria controladora. As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

	2021	2020
IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.		
IRB Asset Management		
Percentual de participação no capital social.....	100,0%	100,0%
Ativo.....	92.384	17.357
Passivo.....	100.150	10.605
Patrimônio líquido no fim do exercício.....	(7.766)	6.752
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício.....	(45.840)	29.659

	IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.	IRB Asset Management	2020
Percentual de participação no capital social.....			
Ativo.....	100,0%		100,0%
Passivo.....	146.730		12.290
Patrimônio líquido no fim do exercício.....	116.588		2.884
Lucro líquido do exercício.....	30.142		9.406
(a) A Companhia, por meio de sua controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias, realizou a venda de suas participações em shoppings centers nos anos de 2019 e 2020.	74.391	(a)	61.266

Cumpr destacar que a IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. é uma empresa constituída com a finalidade de compra, venda e desenvolvimento de ativos imobiliários. Em 31 de dezembro de 2021 a controlada possui em sua carteira imobiliária algumas salas comerciais e terrenos disponíveis para venda ou locação.

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB IRB Brasil RE Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa
- Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB Fundo de Investimento Multimercado (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB Fundo de Investimento em Ações (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB Caixa Fundo de Investimento Renda Fixa (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB Macro Fundo de Investimento Multimercado (gestão feita pela IRB Asset Management)
- Parking Partners Fundo de Investimento Imobiliário – FI (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB London Fundo de Investimento Multimercado (gestão feita pela IRB Asset Management)
- CSHG 2500 Fundo de Investimento Renda Fixa (gestão feita pela IRB Asset Management)

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar os fundos de investimento exclusivos indicados acima, as controladas IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A e IRB Asset Management.

1.4. Mudança de prática contábil

A Companhia tem direito ao crédito de PIS e COFINS sobre sinistros pagos no exercício, mas não vinha contabilizando os créditos diferidos sobre as provisões de sinistros. Durante esse período, a Companhia analisou as práticas adotadas no mercado com relação à constituição desses direitos decorrentes de créditos tributários e concluiu por alterar sua prática contábil.

Por esse motivo, a partir do primeiro trimestre de 2021, a Companhia passou a reconhecer os créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas às provisões para recuperações de sinistros. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições, os valores são dedutíveis quando pagos ou recebidos. Essa mudança de prática contábil gerou um efeito positivo líquido de imposto de renda e contribuição social de R\$ 39.747 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Em consequência, a Companhia ajustou as suas informações de períodos anteriores para manter a comparabilidade das informações divulgadas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	2020
1 - Impactos no resultado e patrimônio da Companhia		
PIS e COFINS diferidos.....		66.245
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes.....		(26.498)
Efeito no resultado.....		39.747
Ajuste de exercícios anteriores.....		118.925
Efeito no patrimônio líquido.....		158.672
2 - Impactos acumulados no ativo da Companhia		
PIS e COFINS diferidos.....		264.450
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes.....		(105.778)
Efeito no ativo.....		158.672

Seção B – Riscos

2. Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. A gestão de riscos tem como objetivo proteger a solvência e os resultados a longo prazo da Companhia através do processo de identificar, mensurar e de tratar riscos aos quais a Companhia está exposta no exercício de suas atividades. Objetiva também, observar as exigências do regulador assim como assegurar a adequação, o fortalecimento e o funcionamento eficiente do Sistema de Controles Internos.

Considerando a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, a Companhia mantém um Vice-Presidente Executivo de Riscos, Conformidade e Jurídico (à qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Gerência de Conformidade), responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantém-se o comprometimento da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Em dezembro de 2021, foi confirmada pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, o rating A- em uma escala de classificação de risco de crédito global.

Conforme divulgado ao mercado, a Companhia realizou em setembro e novembro de 2020 a 1ª e a 2ª emissão, respectivamente, de debêntures simples, não conversíveis em ações. A agência de classificação de riscos Standards&Poor's Global Ratings ("S&P") atribuiu o rating "brAAA" para estas operações, mantido em relatório divulgado em setembro de 2021.

2.1. Modelo de três linhas

O IRB Brasil RE adota o modelo das três linhas em sua estrutura de Gestão de Riscos como forma de conferir maior robustez à Governança Corporativa. Este modelo ajusta a Companhia a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos, de forma a garantir os interesses priorizados pelos *stakeholders*, bem como as exigências legais, regulatórias e éticas.

A primeira linha é representada pelas áreas operacionais aos quais os gestores são responsáveis diretos pela entrega dos serviços aos clientes da Companhia, bem como pelo gerenciamento de riscos de seus processos.

A segunda linha é composta pelas unidades organizacionais de Riscos Corporativos e Compliance, que dão assistência ao gerenciamento de riscos e têm o papel de orientar, monitorar e avaliar continuamente os processos, riscos e controles da primeira linha.

A terceira linha, representada pela Auditoria Interna, tem o papel de avaliar de forma independente a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos.

Além disso, é importante ressaltar que as três linhas operam de forma simultânea e integrada, por meio da comunicação, cooperação e colaboração, estabelecendo subsídios adequados à transparência na tomada de decisão baseada em riscos.

2.2. Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacionais, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, sendo cada um destes compostos por diversas subcategorias.

A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas não são exaustivas, considerando que diversos riscos podem afetar a.

2.2.1. Riscos operacionais

O risco operacional no IRB Brasil RE é devido à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gestão de riscos operacionais é composto por cinco etapas: (i) identificação, (ii) análise e mensuração, (iii) tratamento, (iv) monitoramento e (v) reporte. Neste processo, a Gerência de Riscos Corporativos atua conjuntamente com o dono do risco dando suporte e monitorando a aplicação do processo de gerenciamento de riscos operacionais pelas unidades gestoras da Companhia. Conforme descrito na nota 1.2.3, a Companhia está revisando e aperfeiçoando seus processos internos para eliminar as vulnerabilidades identificadas.

O IRB Brasil RE possui um programa de Gestão de Continuidade de Negócios com definições de procedimentos em caso de contingência. Este programa é organizado em cinco planos de contingência específicos: Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Gestão de Crises, Plano de Recuperação de Desastres, Plano de Continuidade Operacional e Plano de Atendimento à Emergência.

A Companhia possui Banco de Dados de Perdas Operacionais com o objetivo de registrar e gerenciar a ocorrência de perdas oriundas desta categoria de risco.

2.2.2. Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariem as expectativas em relação às premissas atuárias e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

A transferência de riscos por meio de retrocessão é uma das técnicas utilizadas para a mitigação e controle do risco de subscrição. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão (ou programas de proteção de carteira) que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos.

Para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na Nota 2.2.4.

2.2.2.1. Monitoramento dos ativos de retrocessão e passivos de resseguro por linha de negócio

A Companhia calcula as provisões técnicas seguindo as normas e orientações estabelecidas pelo órgão regulador. As tabelas abaixo apresentam os saldos de ativos e passivos, brutos de retrocessão (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG, PDR) e segregados por linha de negócio.

	Controladora e Consolidado					
	Passivo (Resseguro)		Ativo (Retrocessão)		Líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	
Aeronáuticos.....	653.034	510.777	(580.259)	(322.379)	272.775	188.398
Automóvel.....						

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

continuação

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Prêmio ganho no ano.....	915.789	1.003.180	1.212.131	1.829.343	1.946.544	2.397.725
Um ano depois.....	2.731.803	3.194.306	3.150.565	4.584.768	4.386.135	-
Dois anos depois.....	3.021.074	4.079.328	3.690.984	5.455.812	-	-
Três anos depois.....	3.086.385	4.358.801	3.667.390	-	-	-
Quatro anos depois.....	3.089.117	4.367.073	-	-	-	-
Cinco anos depois.....	3.083.532	-	-	-	-	-
Prêmio ganho acumulado (f)*.....	3.083.532	4.367.073	3.667.390	5.455.812	4.386.135	2.397.725
Prêmio ganho em 2020***.....	(5.585)	8.272	(23.594)	871.044	2.439.591	2.397.725
Prêmio ganho demais componentes**.....	-	-	-	-	-	(51.569)
Total de prêmio ganho incluso no balanço.....	-	-	-	-	-	5.635.884 (b)

(*) Prêmio ganho utilizado no cálculo da sinistralidade, ao final do triângulo de sinistros.
 (***) Prêmio ganho em 2020 para underwriting year anteriores contempla as respectivas cessões de prêmios nos Loss Portfolio Transfer.
 (b) Conciliado com a nota 3.3 (Demonstrações de resultados - Conciliação) linhas Prêmio emitido bruto (a), Variação das provisões técnicas - prêmios (c), Prêmios cedidos em retrocessão (b) e Variação das provisões técnicas - prêmio cedido (c).
Sinistros Incorridos
 • Bruto de retrocessão

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Sinistros incorridos no Ano.....	330.900	346.916	148.897	610.364	656.259	932.205
Um ano depois.....	2.118.255	1.995.763	3.399.583	3.342.453	4.445.637	-
Dois anos depois.....	3.406.882	3.505.785	6.197.022	5.341.843	-	-
Três anos depois.....	4.084.719	4.192.023	6.907.476	-	-	-
Quatro anos depois.....	4.550.085	4.424.539	-	-	-	-
Cinco anos depois.....	5.146.985	-	-	-	-	-
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a).....	5.146.985	4.424.539	6.907.476	5.341.843	4.445.637	932.205
Pagamentos acumulados até a data-base.....	(4.303.897)	(3.784.715)	(5.859.640)	(4.070.560)	(2.485.811)	(276.092)
Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2021 (b)	843.088	639.824	1.047.836	1.271.283	1.959.826	656.113
IBNER (c).....	4.265	2.536	4.182	6.955	59.873	95.557
IBNR (d).....	30.904	84.963	150.408	454.290	1.185.004	927.354
Passivo em relação a anos anteriores (e).....	-	-	-	-	-	2.651.763
Total do passivo incluso no balanço (b)+(c)+(d)+(e).....	-	-	-	-	-	11.998.213

Sinistralidade (a+c+d)/(f)*..... 83% 88% 93% 71% 68% 63%

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Sinistros incorridos no Ano.....	656.095	330.900	346.916	148.897	610.364	656.259
Um ano depois.....	2.184.610	2.118.255	1.995.763	3.399.583	3.342.453	-
Dois anos depois.....	2.588.521	3.406.882	3.505.785	6.197.022	-	-
Três anos depois.....	2.811.354	4.084.719	4.192.023	-	-	-
Quatro anos depois.....	2.832.059	4.550.085	-	-	-	-
Cinco anos depois.....	2.957.434	-	-	-	-	-
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a).....	2.957.434	4.550.085	4.192.023	6.197.022	3.342.453	656.259
Pagamentos acumulados até a data-base.....	(2.802.321)	(3.980.213)	(5.520.052)	(4.895.890)	(2.237.038)	(124.871)
Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2020 (b)	155.113	569.872	671.971	1.301.132	1.105.415	531.388
IBNER (c).....	3.232	2.659	3.186	5.518	35.566	51.809
IBNR (d).....	29.019	31.093	93.957	242.592	1.157.907	1.506.112
Passivo em relação a anos anteriores (e).....	-	-	-	-	-	2.260.914
Total do passivo incluso no balanço (b)+(c)+(d)+(e).....	-	-	-	-	-	9.758.455

Sinistralidade (a+c+d)/(f)*..... 67% 74% 84% 88% 64% 61%

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Sinistros incorridos no Ano.....	202.896	305.449	116.046	286.304	400.072	843.363
Um ano depois.....	1.508.804	1.575.570	2.682.605	2.242.427	3.092.149	-
Dois anos depois.....	2.802.813	2.701.564	4.809.769	3.755.125	-	-
Três anos depois.....	3.023.414	3.128.163	5.376.773	-	-	-
Quatro anos depois.....	3.332.197	3.271.067	-	-	-	-
Cinco anos depois.....	3.630.982	-	-	-	-	-
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a).....	3.630.982	3.271.067	5.376.773	3.755.125	3.092.149	843.363
Pagamentos acumulados até a data-base.....	(3.355.908)	(2.910.060)	(4.619.339)	(2.801.917)	(1.892.669)	(262.913)
Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2021 (b)	275.074	361.007	757.434	953.208	1.199.480	580.450
IBNER (c).....	6.193	949	528	(388)	39.101	5.025
IBNR (d).....	22.630	67.164	108.262	272.136	746.029	702.098
Passivo em relação a anos anteriores (e).....	-	-	-	-	-	1.514.931
Total do passivo incluso no balanço (b)+(c)+(d)+(e).....	-	-	-	-	-	7.611.311

Sinistralidade (a+c+d)/(f)*..... 83% 90% 98% 77% 69% 117%

Ano de subscrição	Controladora e Consolidado					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Sinistros incorridos no Ano.....	325.364	202.896	305.449	116.046	286.304	400.072
Um ano depois.....	1.506.852	1.508.804	1.575.570	2.682.605	2.242.427	-
Dois anos depois.....	1.833.732	2.802.813	2.701.564	4.809.769	-	-
Três anos depois.....	1.911.911	3.023.414	3.128.163	-	-	-
Quatro anos depois.....	1.935.899	3.332.197	-	-	-	-
Cinco anos depois.....	2.021.734	-	-	-	-	-
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a).....	2.021.734	3.332.197	3.128.163	4.809.769	2.242.427	400.072
Pagamentos acumulados até a data-base.....	(1.905.845)	(3.099.170)	(2.755.309)	(3.920.548)	(1.631.099)	(116.054)
Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2020 (b)	115.889	233.027	372.855	889.221	611.327	284.019
IBNER (c).....	1.759	1.565	853	1.101	7.881	26.195
IBNR (d).....	13.962	19.386	70.264	176.389	655.395	1.241.935
Passivo em relação a anos anteriores (e).....	-	-	-	-	-	1.302.512
Total do passivo incluso no balanço (b)+(c)+(d)+(e).....	-	-	-	-	-	6.025.535

Sinistralidade (a+c+d)/(f)*..... 66% 77% 87% 91% 66% 70%

(*) Apresentado no triângulo de Prêmio ganho

2.2.2.3. Análise de sensibilidade
 Considerando-se um aumento de 10,0% na sinistralidade, na tabela abaixo é apresentado os possíveis impactos desta sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021.

Efeitos brutos	Controladora e Consolidado		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Patrimônio líquido.....	3.634.360	3.229.597	(404.763)
Resultado do exercício.....	(682.701)	(1.087.464)	(404.763)
Impacto (%) no resultado (*).....	-	-	59,3
Impacto (%) no patrimônio líquido.....	-	-	(11,1)

Efeitos líquidos de retrocessão	Controladora e Consolidado		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Patrimônio líquido.....	3.634.360	3.577.499	(256.861)
Resultado do exercício.....	(682.701)	(939.562)	(256.861)
Impacto (%) no resultado (*).....	-	-	37,6
Impacto (%) no patrimônio líquido.....	-	-	(7,1)

(*) Viso o resultado negativo do exercício, casos em que o impacto analisado também é negativo obtém-se razão positiva.
 Devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Brasil RE, não há exposição material a índice de conversibilidade, mortalidade ou sobrevivência.

2.2.3. Risco de mercado
 Pode ser definido como o risco oriundo das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, que podem causar a redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado da carteira de investimentos do IRB Brasil RE são: taxas de juros, taxas de câmbio e liquidez dos ativos.

Para essas variáveis, a gestão do risco envolve diferentes unidades organizacionais, contemplando diretrizes e estratégias consideradas adequadas pela Administração e estabelecidas em sua governança. São utilizadas as técnicas VaR (Value at Risk) e construção de cenários de estresse, com o objetivo de gestão preventiva de perdas.

2.2.3.1. Análise de Value at Risk
 Na Companhia, existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Além disso, a carteira de investimentos é monitorada diariamente, visando garantir que os limites definidos sejam respeitados.
 O Value at Risk (VaR) é um dos métodos utilizados na gestão do risco de mercado. A mensuração do risco através deste método estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado sob condições normais de mercado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total. Está métrica é difundida no mercado para a mensuração do risco de mercado. No entanto, o modelo utiliza dados históricos para calcular perdas do portfólio e, como limitação, não mensura o montante desta perda acima do nível de confiança. Segundo o método histórico, com nível de significância de 95,0%, janela de observação de 252 dias úteis e retornos diários, o VaR diário da carteira de ativos da Companhia estimado para 31 de dezembro de 2021, foi de aproximadamente R\$ 12.462, o que representa uma perda máxima estimada de 0,14% do total da carteira de ativos.

2.2.3.2. Análise de sensibilidade de moeda estrangeira
 A Companhia opera em moedas estrangeiras, sendo a principal exposição ao dólar americano, além disso, há exposição em menor grau a outras moedas, tais como: libra esterlina, euro e peso argentino.

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$, foram considerados os seguintes cenários:
 • Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021;
 • Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,60 estimada para 31 de dezembro de 2022 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2021.

A tabela abaixo apresenta o impacto da variação da taxa de câmbio no total de ativos e passivos:

Grupo	Cenários para 31 de dezembro 2022					
	Base	Provável	Provável - 25%	Provável - 50%	Provável + 25%	Provável + 50%
Taxa de Câmbio.....	5,58	5,60	4,20	2,80	7,00	8,40
Total de ativos em moeda estrangeira (*).....	10.315.530	36.046	(2.551.848)	(5.139.742)	2.623.940	5.211.834
Total de passivos em moeda estrangeira.....	(10.629.255)	(37.142)	2.629.457	5.296.057	(2.703.741)	(5.370.340)
Impacto no resultado antes dos impostos.....	(1.096)	77.609	156.314	(79.801)	(158.507)	(158.507)
Impacto no patrimônio líquido (%).....	(0,0)	1,0	2,1	(1,1)	(2,1)	(2,1)
Impacto sobre o resultado (%).....	0,1	(5,5)	(11,1)	5,7	(11,1)	(11,1)

(*) Valores contemplam parcela de ativos em moeda estrangeira de fundos de investimentos em moeda local.

2.2.3.3. Análise de sensibilidade à taxa de juros
 A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, pois possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de juros SELIC/CDI, foram considerados os cenários descritos abaixo:
 • Cenário base: taxa de juros de 9,25% em 31 de dezembro de 2021;
 • Cenário provável: taxa de juros de 11,50% estimada para 31 de dezembro de 2022 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2021.

A tabela abaixo apresenta o impacto instantâneo da variação da taxa de juros na carteira de ativos financeiros:

Grupo	Cenários para 31 de dezembro 2022					
	Base	Provável	Provável - 25%	Provável - 50%	Provável + 25%	Provável + 50%
Taxa de Juros.....	9,25%	11,50%	8,63%	5,75%	14,38%	17,25%
Carteira total (*).....	8.942.601	8.878.263	8.941.376	9.004.794	8.815.151	8.751.732
Impacto no resultado antes dos impostos.....	(64.338)	(1.225)	62.193	(127.450)	(190.869)	(190.869)
Impacto no patrimônio líquido (%).....	(0,9)	(0,0)	0,8	(1,7)	(2,5)	(2,5)
Impacto sobre o resultado (%).....	4,6	0,1	(4,4)	9,0	13,5	13,5

(*) Saldo da carteira total não inclui saldo das contas correntes, vide nota 6.1. Variação sobre o total de aplicações indexadas às taxas pré e IPCA.

Análise consolidada por stress tests econômicos
 A Administração aplicou aos ativos uma seleção dos principais stress test econômicos mundiais usando o método Predictive, ou seja, contemplando as correlações existentes entre os diversos fatores de risco.

Após análise, conclui-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o Fall 2008 (2008), correspondente à falência do Lehman Brothers seguida por dois cortes consecutivos da taxa de juros pelo FED e pela estagnação da Fannie Mae e da Freddie Mac a fim de estabilizar o mercado hipotecário americano, que geraria uma perda estimada de 15,3% na carteira de investimentos.

Os stress test econômicos mundiais analisados são: Mexican Crisis (1995), Asian Crisis (1997), Russian Devaluation (1998), Tech Wreck (2000), Sept 11th (2001), Fall 2008 (2008).

Contratos futuros de moedas
 Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo e passivo em moeda estrangeira.

2.2.4. Risco de crédito
 O IRB Brasil RE entende que a principal origem do seu risco de crédito são as operações de retrocessão. A fim de mitigar este risco, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham ratings alto ou superior, em escala internacional, a A- (S&P, Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's). A exposição do IRB Brasil RE é mitigada pela adoção de limites de retrocessão (individual e agregado) para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de Security. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos ativos de retrocessão por escala de rating. Os ativos de retrocessão abrangem provisões de sinistros, prêmios diferidos e outras provisões conforme apresentado na Nota 9.

Faixa de rating (*)	% de ativos de retrocessão				
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior
AAA ou equivalente.....	-	4,0	0,1	-	0,1
AA ou equivalente.....	-	26,1	12,8	-	4,6
A ou equivalente.....	-	22,5	18,4	-	3,0
BBB ou equivalente.....	4,0	1,1	-	-	0,1
Sem rating.....	0,5	-	-	1,1	1,6
	4,5	53,7	31,3	1,1	9,4

Faixa de rating (*)	% de ativos de retrocessão				
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior
AAA ou equivalente.....	-	3,0	0,1	-	0,3
AA ou equivalente.....	0,1	39,3	2,1	-	3,8
A ou equivalente.....	-	19,0	20,1	-	2,8
BBB ou equivalente.....	4,6	1,4	-	-	0,1
Sem rating.....	0,3</				

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

continuação

Valor justo dos ativos financeiros ao final do exercício anterior

	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros - SPPIs	14.242.043	15.516		
Caixa e equivalente de caixa	14.563	-		
Créditos das Operações				
Seguradoras e Resseguradoras	5.829.472	(31.249)		
Títulos de Créditos a receber	912.271	-		
Letras Financeiras do Tesouro	1.043.902	35.695		
Notas do Tesouro Nacional	1.043.902	(4.692)		
Operações compromissadas	335.037	-		
Títulos da Dívida Soberana - Global 21	1.271.390	7.718		
Certificados de depósitos bancários	35.132	-		
Títulos de Renda Fixa - Privados				
Letras Financeiras	26.148	274		
Títulos de Renda Variável				
Ações de empresas nacionais	86.822	-		
Aplicações no Exterior				
American Deposits Receipt	7.587	7.770		
Depósito a prazo fixo no exterior	1.019.796	-		
Outros Ativos Financeiros	828.218	4.272		
Quotas de Fundos de Investimento				
Quotas Fundos Não Excludivos	46.275	3.081		
Contratos índices	8.356	-		
Outros	40	-		
Títulos de Renda Fixa - Privados				
Debêntures	47.979	1.191		
Derivativo	109	-		
Aplicações restritas - conta corrente remunerada	725.459	-		
Total	15.070.261	19.788		

Para todos os ativos financeiros que passam nos testes de SPPI, a Administração avaliou a exposição ao risco de crédito, incluindo concentrações significativas de risco de crédito. O quadro abaixo contém estes ativos classificados por risco de crédito, bem como os respectivos valores contábeis e, para aqueles que a Administração entende que o risco de crédito é maior do que baixo, também o respectivo valor justo.

Classificação do grau de risco de crédito

	2021	2020
Ativos financeiros - SPPIs	13.775.979	13.775.979
Caixa e equivalente de caixa	baixo	38.774
Créditos das Operações		
Seguradoras e Resseguradoras	moderado	4.177.356
Títulos de Créditos a receber	baixo	617.248
Letras Financeiras do Tesouro	baixo	2.925.047
Notas do Tesouro Nacional	baixo	4.023
Operações Compromissadas	baixo	296.904
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	baixo	1.733.267
Fundos de Renda Fixa	baixo	51.871
Letras Financeiras	baixo	123.774
Títulos de Renda Variável		
Ações de empresas nacionais	baixo	73.949
Fundos de ações	baixo	70.769
Aplicações no Exterior		
Depósito a prazo fixo no exterior	baixo	978.633
Outros Ativos Financeiros	978.633	978.633
Quotas Fundos Não Excludivos	baixo	77.725
Contratos índices	baixo	57.456
Debêntures	baixo	106.872
Aplicações restritas - conta corrente remunerada	baixo	46.408
Reinsurance trust account	baixo	1.032.595
Outros	baixo	915
Total	13.775.979	13.775.979

	2021	2020
Ativos financeiros - SPPIs	14.563	14.563
Caixa e equivalente de caixa	baixo	14.563
Créditos das Operações		
Seguradoras e Resseguradoras	moderado	5.829.472
Títulos de Créditos a receber	baixo	912.271
Letras Financeiras do Tesouro	baixo	3.659.923
Notas do Tesouro Nacional	baixo	1.043.902
Operações Compromissadas	baixo	335.037
Títulos da Dívida Soberana - Global 21	baixo	1.271.390
Certificados de depósitos bancários	baixo	35.132
Títulos de Renda Fixa - Privados		
Letras Financeiras	baixo	26.148
Títulos de Renda Variável		
Ações de empresas nacionais	baixo	86.822
Aplicações no Exterior		
Depósito a prazo fixo no exterior	baixo	1.019.796
American Deposits Receipt	baixo	7.587
Outros Ativos Financeiros	149	149
Quotas Fundos Não Excludivos	baixo	46.275
Contratos índices	baixo	8.356
Debêntures	baixo	47.979
Aplicações restritas - conta corrente remunerada	baixo	725.459
Outros	baixo	40
Total	15.070.261	15.070.261

2.4.1. Métodos e pressupostos utilizados na estimativa do valor justo do ativo

Todos os métodos e pressupostos para avaliação na curva e a mercado, após a definição do tipo de marcação para cada ativo, seguem exclusivamente as técnicas expressas nos manuais de marcação de ativos do IRB Brasil RE, que é inteiramente compatível com os manuais de marcação dos custodiantes, que prestam serviço e são os responsáveis pelo cálculo da marcação, tanto a mercado quanto na curva.

Na "marcação na curva" é fixada a taxa de aquisição dos instrumentos financeiros ora em questão e utilizada como referência para cálculo dos juros para todo o horizonte da referida aplicação financeira, reconhecendo a valorização do ativo financeiro de forma "pró-rata temporis", ou seja, considerando o valor de compra do título mais a incorporação diária dos juros, proporcional ao tempo em que o título já incorreu desde a sua emissão, apropriado diariamente. Este tipo de marcação, portanto, não implica em perdas, desde que ele não seja vendido. Como o cálculo sempre considera o valor de compra mais uma apropriação diária de juros, a rentabilidade é sempre positiva. A regra de marcação pela curva tem efeitos finais similares à de marcação a mercado, desde que o título não precise ser vendido antes do vencimento.

Para a marcação a mercado, se fazem necessárias a utilização de curvas de expectativas de taxas futuras, utilizadas para realizar o cálculo dos valores presentes de cada título. Nesses casos, quando necessária a construção de estruturas de juros a termo, tal mapeamento é estabelecido de acordo com as expectativas do mercado para as taxas de juros em prazos distintos, e as curvas são construídas com base na observação de preços de instrumentos de renda fixa para prazos determinados, contemplando todos os vértices líquidos (negociados no último dia útil) e fazendo uso primariamente dos preços disponibilizados pela ANBIMA. Esse mapeamento, muito embora seja contínuo, apenas pode ser observado para prazos específicos. Dessa forma, é necessário estimar a curva de juros para prazos que não possuem taxas atreladas ou negociadas no mercado, que o IRB Brasil RE, é feita utilizando interpolação exponencial.

Seção C - Informações por segmento

3. Informações por segmento de negócios

Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva, que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no país e no exterior, utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

3.1. Demonstrações de resultados - Visão por segmento de negócio

	2021	Controladora	2021	Controladora
Prêmios de resseguros	8.760.526	9.596.106	8.760.526	9.596.106
Prêmios de resseguros - país	3.329.211	4.874.234	3.329.211	4.874.234
Prêmios de resseguros - exterior	3.431.315	4.721.872	3.431.315	4.721.872
Prêmios cedidos em retrocessão	(3.204.386)	(4.219.507)	(3.204.386)	(4.219.507)
Prêmios cedidos em retrocessão - país	(2.805.876)	(3.301.267)	(2.805.876)	(3.301.267)
Prêmios cedidos em retrocessão - exterior	(398.510)	(918.240)	(398.510)	(918.240)
Prêmios retidos	5.556.140	5.376.599	5.556.140	5.376.599
Prêmios retidos - país	2.523.335	1.572.967	2.523.335	1.572.967
Prêmios retidos - exterior	3.032.805	3.803.632	3.032.805	3.803.632
Variáveis das provisões técnicas	344.358	306.977	344.358	306.977
Variáveis das provisões técnicas - país	52.461	310.793	52.461	310.793
Variáveis das provisões técnicas - exterior	291.897	(8.816)	291.897	(8.816)
Prêmios ganhos	5.900.498	5.683.576	5.900.498	5.683.576
Prêmios ganhos - país	2.575.796	1.883.760	2.575.796	1.883.760
Prêmios ganhos - exterior	3.324.702	3.799.816	3.324.702	3.799.816
Sinistros retidos	(5.987.989)	(5.812.355)	(5.987.989)	(5.812.355)
Sinistros retidos - país	(2.455.711)	(1.639.142)	(2.455.711)	(1.639.142)
Sinistros retidos - exterior	(3.532.278)	(4.173.213)	(3.532.278)	(4.173.213)
Custo de aquisição	(1.412.487)	(1.374.402)	(1.412.487)	(1.374.402)
Custo de aquisição - país	(760.006)	(631.112)	(760.006)	(631.112)
Custo de aquisição - exterior	(652.481)	(743.290)	(652.481)	(743.290)
Outras despesas operacionais	(68.729)	(74.004)	(68.729)	(74.004)
Outras despesas operacionais - país	(61.915)	11.961	(61.915)	11.961
Outras despesas operacionais - exterior	(6.814)	(85.965)	(6.814)	(85.965)
Resultado de underwriting	(1.568.707)	(1.577.185)	(1.568.707)	(1.577.185)
Resultado de underwriting - país	(701.836)	(374.533)	(701.836)	(374.533)
Resultado de underwriting - exterior	(866.871)	(1.202.652)	(866.871)	(1.202.652)
Despesas administrativas	(652.481)	(743.290)	(652.481)	(743.290)
Recetas (Despesas com tributos)	(13.890)	(23.468)	(12.539)	(52.238)
Resultado financeiro e patrimonial	569.023	40.280	618.228	125.177
Resultado financeiro	606.590	31.767	627.211	(85.101)
Resultado patrimonial	(37.567)	8.513	(8.983)	210.278
Resultado antes dos impostos	(1.375.755)	(1.861.243)	(1.359.516)	(1.817.271)
Imposto, contribuições e participações nos lucros	693.054	379.727	676.815	335.755
Prejuízo do exercício	(682.701)	(1.481.516)	(682.701)	(1.481.516)

3.2. Demonstrações de resultados - Visão negócio

A Administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis diferente da apresentada na demonstração do resultado, que foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras, conforme demonstrado a seguir:

	2021	Controladora	2021	Controladora
Prêmios Emitidos	8.760.526	9.596.106	8.760.526	9.596.106
Prêmios de resseguros país (a)	3.329.211	4.874.234	3.329.211	4.874.234
Prêmios de resseguros exterior (b)	3.431.315	4.721.872	3.431.315	4.721.872
Prêmios cedidos em retrocessão (a)	(3.204.386)	(4.219.507)	(3.204.386)	(4.219.507)
Prêmios retidos	5.556.140	5.376.599	5.556.140	5.376.599
Variáveis das provisões técnicas (c)	344.358	306.977	344.358	306.977
Prêmios ganhos	5.900.498	5.683.576	5.900.498	5.683.576
Sinistros retidos (d)	(5.987.989)	(5.812.355)	(5.987.989)	(5.812.355)
PSL	(6.300.886)	(5.552.773)	(6.300.886)	(5.552.773)
IBNR	338.177	(338.089)	338.177	(338.089)
Outros	(25.280)	(121.493)	(25.280)	(121.493)
Custo de aquisição (e)	(1.412.487)	(1.374.402)	(1.412.487)	(1.374.402)
Outras despesas operacionais (f)	(68.729)	(74.004)	(68.729)	(74.004)
Resultado de underwriting	(1.568.707)	(1.577.185)	(1,568.707)	(1,577.185)
Despesas administrativas (g)	(652.481)	(743.290)	(652.481)	(743.290)
Despesas com tributos (h)	(13.890)	(23,468)	(12,539)	(52,238)
Resultado financeiro e patrimonial (i)	569,023	40,280	618,228	125,177
Resultado financeiro	606,590	31,767	627,211	(85,101)
Resultado patrimonial (j)	(37,567)	8,513	(8,983)	210,278
Resultado antes dos impostos	(1,375,755)	(1,861,243)	(1,359,516)	(1,817,271)
Imposto, contribuições e participações nos lucros (k)	693,054	379,727	676,815	335,755
Prejuízo do exercício	(682,701)	(1,481,516)	(682,701)	(1,481,516)

3.3. Demonstrações de resultados - Conciliação

Segue abaixo a conciliação entre os saldos apresentados acima, nas demonstrações do resultado contábil e visão de negócio (3.2):

	2021	Controladora	2021	Controladora
Prêmios de resseguros líquidos	7.435.350	8.309.558	7.435.350	8.309.558
Prêmio emitido bruto (a)	8.756.658	9.593.204	8.756.658	9.593.204
Comissão de resseguros (e)	(1.321.308)	(1.283.646)	(1.321.308)	(1.283.646)
Variáveis das provisões técnicas	552.078	171.111	552.078	171.111
Variáveis das provisões técnicas - prêmios (c)	569.360	139.777	569.360	139.777
Variáveis das provisões técnicas - comissão (e)	(15.282)	(68.666)	(15.282)	(68.666)
Variáveis das provisões técnicas - outras provisões (c)	(3.444)	46.309	(3.444)	46.309
Prêmios ganhos	7.987.428	8.480.669	7.987.428	8.480.669
Sinistros ocorridos (d)	(8.277.362)	(8.438.864)	(8.277.362)	(8.438.864)
Custo de aquisição (e)	(253.133)	(257.366)	(253.133)	(257.366)
Resultado com retrocessão	(920.926)	(1.268.943)	(920.926)	(1.268.943)
Recuperação de sinistros ocorridos (d)	2.259.627	2.294.653	2.259.627	2.294.653
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário (d)	(39.685)	(39.685)	(39.685)	(39.685)
Recuperação de IBNR (d)	63.965	369.635	63.965	369.635
Prêmios cedidos em retrocessão (b)	(3.202.596)	(4.218.592)	(3.202.596)	(4.218.592)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão (e)	161.282	176.937	161.282	176.937
Variáveis das provisões técnicas - prêmio cedido (c)	(224.051)	121.495	(224.051)	121.495
Variáveis das provisões técnicas - comissão cedida (e)	14.057	1.253	14.057	1.253
Variáveis das provisões técnicas - outras provisões (c)	2.493	(604)	2.493	(604)
Demais resultados com retrocessão (f)	43.506	7.613	43.506	7.613
Outros resultados custo de aquisição (e)	476	3.402	476	3.402
Resultado bruto	(1.463.993)	(1.484.504)	(1.463.993)	(1.484.504)
Outras despesas operacionais	(112.715)	(81.617)	(112.715)	(81.617)

	2021	Controladora	2020	Controladora
Outras receitas e despesas operacionais (f)	(112.235)	(81.617)	(112.235)	(81.617)
Demais resultados financeiros (h)	(118)	-	(118)	-
Outras despesas administrativas (g)	(362)	-	(362)	-
Despesas administrativas	(364.173)	(306.682)	(389.376)	(319.681)
Participação nos lucros (i)	-	(4.503)	-	(5.517)

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

continuação

	Controladora					Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Debêntures	11.858	11.858	-	-	-	11.858
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa						
Letras Financeiras do Tesouro	269.312	270.387	3.426.427	3.389.536	SELIC	3.659.923
Operações compromissadas	82.156	82.156	251.707	251.707	SELIC	333.863
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	986.686	983.640	IPCA + 2,56%	983.640
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	59.728	60.262	5,73%	60.262
Debêntures % CDI	-	-	7.314	29.193	107,1% do CDI	29.193
Debêntures CDI +	-	-	30.262	6.928	CDI + 0,3%	6.928
Letras Financeiras	-	-	26.435	26.148	105,9% do CDI	26.148
Títulos da Dívida Soberana - Global 21	797.746	797.746	-	-	4,88%	797.746
Certificados de depósitos bancários	-	-	35.132	35.132	93% do CDI	35.132
Outros (*)	38	38	(10.388)	(10.388)	-	(10.350)
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável						
Ações de empresas nacionais	95.178	95.178	-	-	-	95.178
Operações compromissadas	669	669	-	-	SELIC	669
Outros	225	225	-	-	-	225
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos						
	68.366	68.366	-	-	-	68.366
Total	1.325.548	1.326.623	4.813.303	4.772.158		6.098.781
Ativos financeiros no Exterior						
Títulos de Renda Fixa - Públicos						
Títulos da Dívida Soberana - Global 21	-	-	483.014	473.644	4,88%	473.644
Outros Ativos financeiros						
Ativos financeiros restritos - Conta corrente remunerada (ii)	725.459	725.459	-	-	-	725.459
Títulos de Renda Fixa - Privados						
American Deposits Receipt	-	-	31.220	7.587	-	7.587
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)	1.019.796	1.019.796	-	-	-	1.019.796
Quotas de Fundos Não Exclusivos						
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	16.666	16.666	-	-	-	16.666
Total	1.761.921	1.761.921	514.234	481.231		2.243.152
%	37,0%	37,0%	63,0%	63,0%		100,0%
Circulante	3.088.544	3.088.544	791.774	3.880.318		3.880.318
Não circulante	-	-	4.461.615	4.461.615		4.461.615

(*) Refere-se a valores a pagar administrativos que se encontram dentro dos fundos de investimentos exclusivos.

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 7 até 180 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

(ii) Conta corrente remunerada.

	Consolidado					Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Debêntures	16.219	16.219	-	-	-	16.219
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa						
Letras Financeiras do Tesouro	1.145.461	1.143.956	1.790.417	1.781.091	SELIC	2.925.047
Letras do Tesouro Nacional	4.023	4.023	-	-	10,06%a.a.	4.023
Operações compromissadas	227.192	227.192	61.316	61.316	SELIC	288.508
Notas do Tesouro Nacional - Série B	115.917	103.472	1.391.017	1.208.105	IPCA + 2,96%a.a.	1.311.577
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	58.050	51.626	5,73%a.a.	51.626
Debêntures % CDI	-	-	56.898	56.532	107% do CDI a.a.	56.532
Debêntures CDI +	-	-	34.391	34.121	CDI + 1,87%a.a.	34.121
Letras Financeiras % CDI	-	-	19.089	18.998	106,59% do CDI a.a.	18.998
Letras Financeiras CDI+	-	-	104.497	104.776	CDI + 1,3% a.a.	104.776
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	843.254	843.254	-	-	2,63% a.a.	843.254
Fundos de Renda Fixa	-	-	51.871	51.871	-	51.871
Derivativos	915	915	-	-	-	915
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável						
Ações de empresas nacionais	73.949	73.949	-	-	-	73.949
Operações compromissadas	7.586	7.586	-	-	SELIC	7.586
Fundos de ações	70.769	70.769	-	-	-	70.769
Fundos de índices de mercado	57.456	57.456	-	-	-	57.456
Quotas de Fundos Não Exclusivos						
	21.156	21.156	22.222	12.033	-	33.189
Total	2.583.897	2.569.947	3.589.768	3.380.469		5.950.416
Ativos financeiros no Exterior						
Títulos de Renda Fixa - Públicos						
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	-	918.652	890.013	4,61% a.a.	890.013
Outros Ativos financeiros						
Ativos financeiros restritos - Conta corrente remunerada (ii)	46.408	46.408	-	-	-	46.408
Reinsurance trust account (iii)	-	-	1.042.166	1.032.595	0,44% a.a.	1.032.595
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)	978.633	978.633	-	-	0,45% a.a.	978.633
Quotas de Fundos Não Exclusivos						
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	44.536	44.536	-	-	-	44.536
Total	1.069.577	1.069.577	1.960.818	1.922.608		2.992.183
%	36,5%	36,5%	59,3%	59,3%		100,0%
Circulante	3.639.524	3.639.524	326.817	3.966.341		3.966.341
Não circulante	-	-	4.976.260	4.976.260		4.976.260

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 9 até 91 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

(ii) Conta corrente remunerada.

(iii) Ativos depositados no exterior e redutores da necessidade de cobertura, conforme Circular Susep nº 517/2015, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2023 e 2026 (vide nota 21).

	Consolidado					Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Debêntures	11.858	11.858	-	-	-	11.858
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa						
Letras Financeiras do Tesouro	269.311	270.387	3.426.427	3.389.536	SELIC	3.659.923
Operações compromissadas	82.661	82.661	251.707	251.707	SELIC	334.368
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	986.686	983.640	IPCA + 2,56%	983.640
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	59.728	60.262	5,73%	60.262
Debêntures % CDI	-	-	7.314	29.193	107,1% do CDI	29.193
Debêntures CDI +	-	-	30.262	6.928	CDI + 0,3%	6.928
Letras Financeiras	-	-	26.435	26.148	105,9% do CDI	26.148
Títulos da Dívida Soberana - Global 21	797.746	797.746	-	-	4,88%	797.746
Certificados de depósitos bancários	-	-	35.132	35.132	93% do CDI	35.132
Outros	109	109	-	-	-	109
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável						
Ações de empresas nacionais	86.822	86.822	-	-	-	86.822
Operações compromissadas	669	669	-	-	SELIC	669
Fundos de índices de mercado	8.356	8.356	-	-	-	8.356
Outros	40	40	-	-	-	40
Quotas de Fundos Não Exclusivos						
	16.146	16.146	20.704	13.463	-	29.609
Total	1.273.718	1.274.794	4.844.395	4.796.009		6.070.803
Ativos financeiros no Exterior						
Títulos de Renda Fixa - Públicos						
Títulos da Dívida Soberana - Global 21	-	-	483.014	473.644	4,88%	473.644
Outros Ativos financeiros						
Ativos financeiros restritos - Conta corrente remunerada (ii)	725.459	725.459	-	-	-	725.459
Títulos de Renda Fixa - Privados						
American Deposits Receipt	-	-	31.220	7.587	-	7.587
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)	1.019.796	1.019.796	-	-	-	1.019.796
Quotas de Fundos Não Exclusivos						
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	16.666	16.666	-	-	-	16.666
Total	1.761.921	1.761.921	514.234	481.231		2.243.152
%	36,5%	36,5%	63,5%	63,5%		100,0%
Circulante	3.036.639	3.036.639	5.358.629	5.277.240		8.313.955
Não circulante	-	-	4.461.615	4.461.615		4.461.615

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 7 até 180 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

(ii) Conta corrente remunerada.

6.1.1. Abertura dos ativos financeiros por tipo e prazo de vencimento

	Controladora					Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Valor justo por meio do resultado						
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Debêntures	-	-	-	-	-	16.219
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa						
Operações compromissadas	-	227.192	-	-	-	227.192
Letras Financeiras do Tesouro - Série B	-	-	-	-	103.472	103.472
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	1.143.956	1.143.956
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	4.023	4.023
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	-	-	-	-	843.254	843.254
Derivativos	851	-	-	-	-	851
Outros	16.147	-	-	-	-	16.147
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável						
Ações de empresas nacionais	73.949	-	-	-	-	73.949
Operações compromissadas	-	7.586	-	-	-	7.586
Fundos de ações	70.769	-	-	-	-	70.769
Fundos de índices de mercado	57.456	-	-	-	-	57.456
Outros	57	-	-	-	-	57
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos						
	68.157	-	-	-	-	68.157
Ativos financeiros no Exterior						
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits	-	-	978.633	-	-	978.633
Outros Ativos financeiros						
Ativos financeiros restritos - Conta corrente remunerada	46.408	-	-	-	-	46.408
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos						
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	44.536	-	-	-	-	44.536
Total	394.549	1.213.411	2.094.705	3.702.665		5.277.240
Disponível para venda						
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa						
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	177.106	1.603.985	1.781.091	1.781.091
Operações compromissadas	-	61.316	-	-	61.316	61.316
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	1.208.105	1.208.105	1.208.105
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	51.626	51.626	51.626
Debêntures % CDI	-	1.674	8.103	46.755	56.532	56.532
Debêntures CDI +	-	-	-	34.121	34.121	34.121
Letras Financeiras % CDI	-	13.892	-	5.106	18.998	18.998
Letras Financeiras CDI+	-	-	-	104.776	104.776	104.776
Fundos de Renda Fixa	-	51.872	-	-	51.872	51.872
Outros	-	(2.697)	-	-	(2.697)	(2.697)
Ativos financeiros no Exterior						
Títulos de Renda Fixa - Públicos						
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	-	-	890.013	890.013	890.013
Reinsurance trust account	822	-	-	1.031.773	1.032.595	1.032.595
Títulos de Renda Fixa - Privados						
	49.997	76.882	185.209	4.976.260	5.288.348	5.288.348
Total						8.991.013

	Controladora				Total
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
	2020				
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	11.858	-	-	-	11.858
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Operações compromissadas	-	82.156	-	-	82.156
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	270.387	270.387
Títulos da Dívida Soberana - Global 21	-	-	-	797.746	797.746
Outros	38	-	-	-	38
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	95.178	-	-	-	95.178
Operações compromissadas	-	669	-	-	669
Outros	-	225	-		

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

continuação

7.2. Movimentação

A Companhia possui contratos de resseguros cujos prêmios são registrados a partir de bases estimadas (Prêmio Estimado e Prêmio RVNE), ou efetivas (Prêmios Efetivos). Os contratos proporcionais são emitidos por estimativas (Prêmios Estimados) e ajustados após recebimento das prestações de contas das cedentes, quando então o Prêmio Estimado é revertido em contrapartida ao lançamento do Prêmio Efetivo. Os contratos não proporcionais possuem um prêmio mínimo (Prêmios Efetivos), o qual pode ser ajustado posteriormente. Já os contratos facultativos são registrados com base no valor acordado entre as partes (Prêmios Efetivos).

A liquidação dos contratos proporcionais e o consequente recebimento de prêmios ocorrem a partir das prestações de contas realizadas pelas cedentes junto a Companhia de acordo com o prazo acordado entre ambas. Determinadas prestações de contas possibilitam a compensação dos valores devidos pelas cedentes ao IRB (prêmios) com os valores que a Companhia tem a pagar de sinistros a essas cedentes, desde que informados na mesma prestação de contas.

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	5.829.472	5.605.638
Prêmio efetivo - Saldo inicial	2.326.383	2.043.572
Prêmios emitidos (**)	10.089.444	10.426.642
Recebimentos de prêmios	(9.591.200)	(9.914.131)
Baixa por compensação de valores (***)	(1.157.768)	(2.226.642)
Comissão sobre prêmios emitidos (**)	(1.562.823)	(1.271.549)
Outros créditos	1.711.910	1.189.925
Outros débitos	20.239	65.709
Variação cambial	23.723	8.639
Movimentação Ativo	(466.475)	282.811
Prêmio efetivo (*) - Saldo Final	1.859.908	2.326.383
Prêmio estimado - Saldo inicial	2.367.715	2.665.398
Prêmios emitidos (**)	4.109.115	5.481.914
Reversão por prestação de contas (**)	(5.444.649)	(6.269.012)
Comissão sobre prêmios emitidos (**)	(851.895)	(1.436.777)
Reversão de comissão estimada (**)	1.093.232	1.415.507
Variação cambial	66.691	510.685
Movimentação Ativo	(1.027.506)	(297.683)
Prêmio estimado - Saldo Final	1.340.209	2.367.715

	2021		2020	
	Prêmio RVNE	Saldo inicial	Prêmio RVNE	Saldo inicial
Constituição/reversão de prêmios (**)	2.748	(46.340)	9.173	(26.815)
Constituição/reversão de comissões (**)	178	9.173	26.815	45.128
Variação cambial	26.815	82.295	45.128	522.800
Movimentação Ativo	29.741	45.128	522.800	522.800
Prêmio RVNE Saldo Final	552.541	522.800	522.800	522.800

	2021		2020	
	Sinistros	Saldo inicial	Sinistros	Saldo inicial
Sinistros a recuperar	473.403	283.606	388.301	219.034
Sinistros recuperados	(519.570)	-	(519.570)	-
Outros créditos	27.713	(27.046)	27.713	(27.046)
Variação cambial	12.436	(2.191)	12.436	(2.191)
Movimentação Ativo	(91.120)	189.797	(91.120)	189.797
Sinistros (*) - Saldo Final	382.283	473.403	382.283	473.403

	2021		2020	
	Outros Créditos	Saldo inicial	Outros Créditos	Saldo inicial
Outros créditos	139.171	135.390	139.171	135.390
Outros débitos	(99.717)	3.510	(99.717)	3.510
Variação cambial	2.961	271	2.961	271
Movimentação Ativo	(96.756)	3.781	(96.756)	3.781
Outros Créditos (*) - Saldo Final	42.415	139.171	42.415	139.171
Saldo Final	4.177.356	5.829.472	4.177.356	5.829.472

(*) O saldo em 31 de dezembro referente a soma desses grupos é equivalente ao saldo demonstrado na coluna Crédito das operações na nota 7.3.

(**) Faz referência à nota 3.3 Demonstrações de resultados – Conciliação, linha Prêmio emitido bruto (a) e Comissão de resseguros (e).

(***) Valores baixados por meio da compensação dos valores de prêmios a receber e sinistros a pagar de prestações de contas recepcionadas.

7.3. Aging de créditos das operações com resseguro e retrocessões

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

Aging	Controladora e Consolidado			
	Crédito das operações	Débito das operações	Crédito Líquido das operações	Provisão para riscos de créditos
A vencer	1.959.919	(1.529.813)	430.106	(17.643)
Vencidos	324.687	(114.070)	210.617	(42.955)
Vencidos até 30 dias	79.204	(20.576)	58.628	(5.999)
Vencidos entre 31 e 60 dias	45.888	(13.330)	32.558	(3.371)
Vencidos entre 61 e 120 dias	37.503	(2.390)	35.113	(3.311)
Vencidos entre 121 e 180 dias	40.790	(11.533)	29.257	(2.052)
Vencidos acima de 181 dias	121.302	(66.241)	55.061	(28.222)
Total	2.284.606	(1.643.883)	640.723	(60.598)

Para os saldos líquidos das contas a pagar e a receber efetivos (prêmio efetivo, sinistro e outros créditos), vencidos e a vencer, no valor de R\$ 640.723 (R\$ 920.401 em 31 de dezembro de 2020), foi constituída provisão para riscos de créditos no valor de R\$ 60.598 (R\$ 65.060 em 31 de dezembro de 2020).

8. Depósitos de terceiros

Os valores recebidos das cedentes relativos a créditos não baixados integralmente (em processo de conciliação) estão registrados nesta rubrica. Os valores creditados de prêmio e de recuperação de sinistros são recebidos deduzidos de comissões e eventualmente, adiantamento de sinistros.

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Até 30 dias	47.623	146.982
Entre 31 e 60 dias	25.905	23.765
Entre 61 e 120 dias	15.934	60.370
Entre 121 e 180 dias	7.414	43.806
Entre 181 e 365 dias	11.101	42.518
Total	107.977	317.441

9. Ativos de retrocessão - provisões técnicas

9.1 Sinistros – retrocessão (composição)

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos, mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos	314.890	16	56.239	371.145
Automóvel	1.250	-	12.562	13.812
Habitacional	390	-	65	455
Marítimos	33.071	408	11.168	44.647
Patrimonial	1.442.867	40.963	353.015	1.836.845
Pessoas	30.885	878	39.089	70.852
Petróleo	289.335	-	61.723	351.058
Responsabilidades	290.784	7.346	103.553	401.683
Riscos financeiros	166.440	11.034	64.689	242.163
Rural	279.226	1.050	24.201	304.477
Transportes	249.948	89	77.269	327.306
Exterior	225.813	-	196.546	422.459
Total	3.324.899	61.784	1.000.219	4.386.902

	Controladora e Consolidado			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos	236.742	20	59.720	296.482
Automóvel	1.337	-	11.133	12.470
Habitacional	219	-	180	399
Marítimos	45.046	364	11.772	57.182
Patrimonial	879.904	61.781	361.727	1.303.412
Pessoas	32.092	818	41.223	74.133
Petróleo	407.352	-	31.432	438.784
Responsabilidades	182.845	3.965	82.615	269.425
Riscos financeiros	148.770	7.090	50.818	206.678
Rural	97.093	902	73.383	171.378
Transportes	332.332	888	65.460	398.680
Exterior	331.026	-	172.871	503.897
Total	2.694.758	75.828	962.334	3.732.920

9.1.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	3.732.920	2.556.476
PSL - Saldo anterior	2.770.586	2.017.067
PSL - Constituição de Sinistros de Retrocessão	3.571.725	2.989.814
PSL - Reversão de Sinistros de Retrocessão	(1.129.790)	(878.925)
PSL - Estimativa de Salvados e Ressarcimentos	(20.527)	183.764
PSL - Reversão a Crédito de Retrocessão	(388.301)	(456.029)
PSL - Baixa pelo pagamento de sinistro Loss Portfolio Transfer	(801.708)	(285.253)
PSL - Recuperação de sinistros	(562.257)	(1.090.115)
PSL - Juros, atualização monetária e variação cambial e outros	46.955	290.265
PSL - Movimentação Ativo	616.097	753.519
PSL - Saldo final	3.386.683	2.770.586
IBNR - Saldo inicial	962.334	539.409
IBNR - Constituição de Sinistros de Retrocessão	532.776	569.775
IBNR - Reversão de Sinistros de Retrocessão	(530.592)	(200.140)
IBNR - Variação Cambial	35.701	53.290
IBNR - Movimentação Ativo	37.885	422.925
IBNR - Saldo final	1.000.219	962.334
Saldo final	4.386.902	3.732.920

Loss Portfolio Transfer: venda/transfêrencia via contrato de Retrocessão das Provisões de Sinistros de uma determinada Carteira pelo IRB para uma retrocessonária (resseguradora).

9.2. Prêmios de retrocessão diferidos

	Controladora e Consolidado					
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos	6.683	1.888	696	(42)	(99)	(35)
Automóvel	2.913	4.132	-	(38)	(173)	-
Habitacional	-	44	6	-	(2)	-
Marítimos	20.899	166	1.520	(287)	(12)	(46)
Nucleares	-	-	1.038	-	-	(26)
Patrimonial	239.167	56.330	22.082	(9.096)	(2.698)	(996)
Pessoas	33.304	7.973	974	(3.329)	(590)	(82)
Petróleo	395.670	342	64.712	(9.543)	(11)	(1.467)
Responsabilidades	81.445	14.859	1.906	(5.735)	(627)	(126)
Riscos financeiros	30.538	15.329	1.491	(525)	(2.855)	(79)
Rural	47.097	3	120	(1)	(1)	(10)
Transportes	36.950	16.911	6.188	(1.425)	(618)	(1.041)
Exterior	208.619	4.228	299	(1.641)	(446)	(28)
Total	1.103.285	122.205	101.032	(31.662)	(8.132)	(3.936)
Circulante	1.103.285	122.205	101.032	(31.662)	(8.132)	(3.936)
Não circulante	-	-	-	-	-	-

	Controladora e Consolidado					
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos	24.836	464	823	(15)	(31)	(44)
Automóvel	670	7.166	-	(171)	(193)	-
Habitacional	-	53	8	-	(2)	-
Marítimos	25.430	1.554	2.277	(538)	(39)	(93)
Nucleares	19.159	-	3.015	(479)	-	(167)
Patrimonial	301.759	94.522	31.383	(10.497)	(8.198)	(1.335)
Pessoas	30.097	4.206	1.043	(2.898)	(439)	(92)
Petróleo	337.571	1.503	89.946	(7.612)	(158)	(1.818)
Responsabilidades	64.006	37.804	2.193	(5.699)	(153)	(89.816)
Riscos financeiros	23.580	12.684	1.847	(470)	(2.255)	(98)
Rural	50.721	12	195	(407)	(4)	(21)
Transportes	35.974	23.429	4.521	(1.170)	(878)	(787)
Exterior	238.929	3.930	531	(998)	(564)	(35)
Total	1.152.732	187.327	137.782	(30.954)	(21.096)	(4.643)
Circulante	1.152.732	187.327	137.782	(30.954)	(21.096)	(4.643)
Não circulante	-	-	-	-	-	-

9.2.1. Movimentação

	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 1º de janeiro de 2020	922.468	206.085	97.619	(23.596)	(21.902)	(6.114)
Constituição (*)	1.039.127	115.702	136.212	(23.596)	(14.317)	(8.606)
Diferimento pelo risco (*)	(980.276)	(144.381)	(44.889)	24.912	15.472	7.388
Variação Cambial	171.413	9.921	(51.160)	(6.827)	(349)	2.689
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.152.732	187.327	137.782	(30.954)	(21.096)	(4.643)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.152.732	187.327	137.782	(30.954)	(21.096)	(4.643)
Constituição (*)	628.913	126.180	9.890	(21.347)		

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

continuação

12.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	71.182	15.014	16.733	102.929
Constituição de custo de aquisição.....	63.944	2.686	7.237	73.867
Reversão de custo de aquisição.....	(31.742)	(3.666)	(3.658)	(39.066)
Variação cambial.....	(6.124)	3.990	(2.602)	(6.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	95.260	18.024	17.710	130.994
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	95.260	18.024	17.710	130.994
Constituição de custo de aquisição.....	37.675	261	1.509	39.445
Reversão de custo de aquisição.....	(37.551)	(7.851)	(842)	(46.244)
Variação cambial.....	1.783	766	953	3.502
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	97.167	11.200	19.330	127.697

13. Imóveis destinados à renda

	Controladora e Consolidado			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	-	-	-	-
Depreciação.....	(2.679)	(315)	-	(3.039)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	(2.994)	(2.994)	(2.994)	(8.982)
Saldo contábil, líquido.....	-	-	-	4.885
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	-	-	-	-
Depreciação.....	(2.994)	(315)	-	(3.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	(2.994)	(2.994)	(2.994)	(8.982)
Saldo contábil, líquido.....	-	-	-	4.570

	Consolidado			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	16.302	8.280	517.717	542.299
Alienação (*).....	-	(194)	(450.662)	(450.856)
Aquisição.....	-	-	1.635	1.635
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	16.302	8.086	68.690	93.078
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	-	(970)	(9.885)	(10.855)
Depreciação.....	-	-	(317)	-
Alienação.....	-	-	7.206	7.206
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	(970)	(2.996)	(3.966)
Saldo contábil, líquido.....	16.302	7.116	65.694	89.112
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	16.302	8.086	68.690	93.078
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	16.302	8.086	68.690	93.078
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	(970)	(2.996)	(3.966)
Depreciação.....	-	-	(315)	(315)
Alienação.....	-	(26)	(737)	(763)
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	-	(996)	(4.048)	(5.044)
Saldo contábil, líquido.....	16.302	7.090	64.642	88.034

(*) Baixa pela venda dos Empreendimentos Parkshopping, Parkshopping Corporate, salas comerciais e IRB International Fundo de Investimento Imobiliário.

14. Imobilizado

	Controladora e Consolidado						
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis, máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Direito de uso (*) Total
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	66.520	61.166	4.857	10.123	4.298	81	13.839
Adições.....	153	1.464	480	208	1.196	14	3.516
Baixas.....	-	(25.870)	(3.227)	(1.337)	(468)	-	(949)
Transferências.....	262	4	-	-	(266)	-	-
Alienação.....	(444)	-	-	-	-	-	(444)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	66.491	36.765	2.110	8.994	4.760	95	12.890
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	(15.695)	(51.590)	(3.906)	(3.957)	(1.574)	(48)	(79.014)
Depreciação.....	(2.488)	(4.259)	(570)	(899)	(521)	(26)	(8.763)
Baixas.....	-	25.458	3.214	956	-	-	(1.722)
Alienação.....	271	-	-	-	-	-	271
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	(17.912)	(30.391)	(1.262)	(3.900)	(2.095)	(74)	(3.966)
Saldos contábeis, líquidos.....	48.579	6.374	848	5.094	2.665	21	8.924
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	66.491	36.765	2.110	8.994	4.760	95	12.890
Adições.....	42	1.609	924	12	2.634	-	5.221
Baixas.....	(10)	(10)	(8)	(594)	(3.683)	(6)	(5.896)
Transferências.....	239	-	-	-	(239)	-	-
Alienação.....	-	-	(19)	-	-	-	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	66.772	38.364	3.007	8.412	3.472	89	6.994
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	(17.912)	(30.391)	(1.262)	(3.900)	(2.095)	(74)	(3.966)
Depreciação.....	(2.503)	(3.520)	(927)	(531)	(323)	(5)	(7.809)
Baixas.....	-	10	8	281	2.380	-	2.110
Alienação.....	-	-	13	-	-	-	13
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	(20.415)	(33.901)	(2.168)	(4.150)	(38)	(79)	(1.856)
Saldos contábeis, líquidos.....	46.357	4.463	839	4.262	3.434	10	64.503

A Companhia realizou, em dezembro de 2020, a venda de salas comerciais do Edifício Kyoel pelo valor de R\$ 9.575 que estava registrado na controladora pelo valor de custo de R\$ 173.

	Consolidado						
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis, máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Direito de uso (*) Total
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	66.520	61.166	4.857	10.134	4.371	81	13.839
Adições.....	153	1.464	480	208	1.196	14	3.516
Baixas.....	-	(25.870)	(3.227)	(1.337)	(468)	-	(949)
Transferências.....	262	4	-	-	(266)	-	-
Alienação.....	(444)	-	-	-	-	-	(444)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	66.491	36.765	2.110	9.005	4.833	95	12.890
Depreciação acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	(15.695)	(51.589)	(3.906)	(3.959)	(1.574)	(48)	(79.015)
Depreciação.....	(2.488)	(4.259)	(570)	(904)	(521)	(26)	(8.768)
Baixas.....	-	25.459	3.214	956	-	-	(1.722)
Alienação.....	271	-	-	-	-	-	271
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	(17.912)	(30.389)	(1.262)	(3.907)	(2.095)	(74)	(3.966)
Saldos contábeis, líquidos.....	48.579	6.374	848	5.098	2.738	21	8.924
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	66.491	36.765	2.110	9.005	4.833	95	12.890
Adições.....	42	1.609	925	12	2.562	-	5.150
Baixas.....	(10)	(10)	(8)	(606)	(3.683)	(6)	(5.896)
Transferências.....	239	-	-	-	(239)	-	-
Alienação.....	-	-	(19)	-	-	-	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	66.772	38.362	3.008	8.411	3.473	89	6.994
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	(17.912)	(30.389)	(1.262)	(3.907)	(2.095)	(74)	(3.966)
Depreciação.....	(2.503)	(3.520)	(927)	(782)	(323)	(5)	(8.060)
Baixas.....	-	10	8	538	2.380	-	2.110
Alienação.....	-	-	13	-	-	-	13
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	(20.415)	(33.899)	(2.168)	(4.151)	(38)	(79)	(1.856)
Saldos contábeis, líquidos.....	46.357	4.463	840	4.267	3.435	10	64.503

(*) Direito de uso - Devido a adoção da norma IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 a Companhia reconheceu em seu balanço novos ativos para os seus contratos de locação do imóvel sede da filial de São Paulo, registrado em 31 de dezembro de 2021 pelo valor de R\$ 5.138 (R\$ 8.924 em 31 de dezembro de 2020), líquido da amortização.

15. Intangível

	Controladora e Consolidado			
	Custo com desenvolvimento de software	Software em andamento	Total	Total
Custo intangível bruto				
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	-	194.043	9.652	203.695
Adições.....	-	50.896	6.103	56.999
Transferências.....	-	14.404	-	14.404
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	259.343	1.351	260.694
Amortização acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	-	(159.295)	-	(159.295)
Amortização.....	-	(35.695)	-	(35.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	(194.990)	-	(194.990)
Saldo contábil, líquido.....	-	64.353	1.351	65.704
Custo intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	259.343	1.351	260.694
Adições.....	-	34.253	20.979	55.232
Transferências.....	-	1.413	-	1.413
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	-	295.009	20.917	315.926
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	(194.990)	-	(194.990)
Amortização.....	-	(35.947)	-	(35.947)
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	-	(230.937)	-	(230.937)
Saldo contábil, líquido.....	-	64.072	20.917	84.989

	Consolidado			
	Custo com desenvolvimento de software	Software em andamento	Total	Total
Custo intangível bruto				
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	-	194.168	9.853	204.021
Adições.....	-	50.896	6.036	56.932
Transferências.....	-	14.404	-	14.404
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	259.468	1.485	260.953
Amortização acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2020.....	-	(159.320)	-	(159.320)
Amortização.....	-	(35.746)	-	(35.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	(195.066)	-	(195.066)
Saldo contábil, líquido.....	-	64.402	1.485	65.887
Custo intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	259.468	1.485	260.953
Adições.....	-	34.253	20.979	55.232
Transferências.....	-	1.413	-	1.413
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	-	295.134	21.051	316.185
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2020.....	-	(195.066)	-	(195.066)
Amortização.....	-	(35.999)	-	(35.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2021.....	-	(231.065)	-	(231.065)
Saldo contábil, líquido.....	-	64.069	21.051	85.120

16. Obrigações a pagar

	Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores.....	6.456	18.801	9.574	21.239
Passivo de arrendamento (i).....	5.681	9.502	5.681	9.502
Juros sobre capital próprio/dividendos (ii).....	3.442	26.878	3.442	26.878
Processos trabalhistas.....	2.338	-	2.338	

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

continuação

23.3.5. Imposto sobre o lucro líquido - ILL

Ante à inconstitucionalidade reconhecida pelo STF, em 1995, do recolhimento de ILL, foram realizadas compensações e administrativamente foi reconhecido o direito do IRB Brasil RE à restituição integral do referido imposto indevidamente recolhido, com a consequente homologação parcial das compensações efetuadas, no período compreendido entre 1989 e 1992, todavia sem a aplicação de juros moratórios de 1% ao mês e dos índices relacionados ao Plano Real. Em decorrência do provimento parcial do seu direito no processo administrativo em referência, a Companhia ajustou, em 2014, ação objetivando, em síntese, o direito do IRB Brasil RE a ter a aplicação de juros de mora à razão de 1% ao mês, a partir de 1989 até 1995, na restituição/compensação de valores indevidamente recolhidos a título de ILL. A anulação dos débitos remanescentes apurados no Processo Administrativo nº 107.68.011680/2001-68.

Para garantia do juízo, foi necessário realizar o depósito dos valores de compensação não homologados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") no processo administrativo em referência, o que totalizou o valor de R\$ 9.637 à época - atualizados para a presente data - base correspondem ao montante de R\$ 15.743, os quais encontram-se integralmente provisionados pela Companhia.

Em que pese o tema da discussão judicial ser controvertido e de a Companhia ter ganho direito semelhante em ação judicial diversa, o recurso especial do IRB Brasil RE não foi conhecido pelo STJ, tendo transitado em julgado decisão desfavorável em face da tese da Companhia em outubro de 2021.

23.4. Ações trabalhistas/Cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial, pagamento de complementação de aposentadoria, pagamento de horas extras com reflexos em outras verbas trabalhistas, e de pedido de reconhecimento de nulidade da dispensa e consequentemente reintegração do empregado à Companhia. Há também reclamações trabalhistas movidas por prestadores de serviços, pretendendo a responsabilidade subsidiária do IRB Brasil RE pelo adimplemento de verbas trabalhistas ou o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia, em razão da condição deste de tomador do serviço.

Cumprе ressaltar, adicionalmente, que a Companhia encontra-se envolvida em quatro procedimentos arbitrais e uma ação cível movida, em sua maioria, por acionistas minoritários, visando à responsabilização da Companhia e o consequente ressarcimento de alegados prejuízos sofridos em razão da desvalorização das ações da Companhia.

Dentre as quatro arbitragens acima mencionadas, destacamos a Arbitragem nº 178/20, notificada à Companhia em novembro de 2020, iniciada por acionistas buscando ressarcimento de alegados prejuízos sofridos em razão de desvalorização das ações da Companhia por eles detidas. Dentre os acionistas, encontram-se alguns dos que haviam instaurado o Procedimento CAM nº 153/20 em março de 2020, que foi encerrado em estágio inicial pedido dos próprios acionistas. O procedimento encontra-se em estágio de formação do Tribunal Arbitral. Atualmente, aguarda-se confirmação da nomeação do árbitro presidente. Ressalta-se que os valores envolvidos nos referidos procedimentos arbitrais não são passíveis de liquidação nas atuais fases em que se encontram.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos processos trabalhistas e cíveis, classificados como perda provável, em R\$ 60.056. As causas trabalhistas e cíveis, classificadas como perdas possíveis, totalizam R\$ 172.670, sendo R\$ 15.576 cíveis e R\$ 157.094 trabalhistas.

23.4.1. Ação Civil Pública SINTRES

Trata-se de duas ações civis públicas, propostas pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros - SINTRES e pela Federação Nacional dos Securitários - FENESPIC, contra a Companhia, sob o fundamento de que foram promovidas, no Plano de Saúde da Companhia, supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados do IRB Brasil RE. Pretendem, na primeira ação, o restabelecimento do Plano de Saúde anterior, na modalidade de autogestão, com a manutenção de todos os benefícios previstos anteriormente, além de danos morais individuais e coletivos. Na segunda ação, pretendem os autores que seja restabelecido o modo de custeio anterior, o reembolso dos valores pagos em patamares superiores aos previstos antes da alteração praticada em junho de 2016, além de danos morais individuais e coletivos.

Atualmente, aguarda-se o julgamento dos Recursos de Revista interpostos pela Companhia nos Processos nº 0010694-57.2014.5.01.0075 e nº 0100808-56.2018.5.01.0025.

Os consultores jurídicos da Companhia estimam o valor em risco na primeira ação é de R\$29.684 e na segunda R\$ 494, sendo a probabilidade de perda de ambas as ações "possível".

23.4.2. Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE

O Fundo EURE/GGF ("Fundo"), no qual eram depositados os prêmios referentes aos seguros elegíveis e de onde eram retirados os recursos para indenizar os respectivos sinistros, foi gerido pelo IRB Brasil RE até 2010.

Neste mesmo ano de 2010, com o encerramento do EURE/GGF, ficou formalmente acordado com a Secretaria do Tesouro Nacional ("STN") a transferência do valor total acumulado, ao longo de 18 anos, de posse do referido Fundo, mediante a retenção pela Companhia, a título de taxa de administração, no montante aproximado de R\$ 81.166.

Ocorre que, três anos depois, a Controladora Geral da União ("CGU") reviu do ato administrativo que autoriza a retenção mencionada acima, por suposta falta de amparo legal, e passou a cobrar do IRB Brasil RE a restituição do valor retido em 2010, a título de taxa de administração, pela gestão do referido Fundo. Diante deste contexto, o IRB Brasil RE impetrou mandado de segurança distribuído sob o nº 1008401-29.2016.4.01.3400, ainda em trâmite perante o TRF da 1ª Região, cuja sentença anulou a cobrança movida pela STN e atualmente encontra-se em fase recursal.

Contudo, em que pese a Companhia ter obtido sentença favorável no referido Mandado de Segurança e que este mesmo processo ainda esteja em curso, a União Federal, arbitrariamente, inscreveu a Companhia em dívida ativa e instaurou a execução fiscal que tramita na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro distribuída sob o nº 5063414-48.2019.4.02.5101.

Após a garantia do juízo e a proposição de embargos à execução, a execução fiscal foi suspensa pelo prazo de um ano, e em junho de 2021, voltou a tramitar, tendo sido proferida, em agosto de 2021, sentença, em favor da Companhia, extinguindo a presente execução fiscal. Atualmente a União Federal recorreu da decisão em referência.

Com relação ao Mandado de Segurança, foi proferido acórdão negando provimento à apelação da União Federal e dando parcial provimento à apelação da Companhia, no sentido de reconhecer a nulidade do ato administrativo em discussão.

Os consultores jurídicos da Companhia estimam o valor em risco neste processo de R\$ 243.129 e classificam sua probabilidade de perda como remoto, tendo em vista a especificidade da discussão em tela, não havendo precedentes neste sentido, não obstante todas as sucessivas decisões favoráveis obtidas pela Companhia nos autos de ambos os processos.

23.4.3. Ação Anulatória nº 0002818-76.2008.4.02.5101 - Créditos Fiscais de PIS/PASEP:

Trata-se de Ação Anulatória da decisão administrativa definitiva proferida nos autos do PAF nº 10768.011679/2001-33 ajuizada em 22.02.2008, na parte em que denegou o pedido de restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de Contribuição ao PIS, com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, no período de outubro/1991 a dezembro/1995, com o consequente reconhecimento do direito de crédito do IRB Brasil RE em decorrência dos recolhimentos indevidamente efetuados.

Foi publicado em 04.09.2020, o acórdão, por meio do qual a 2ª Turma do STJ, por unanimidade, deu provimento ao agravo interno do IRB Brasil RE, para conhecer e prover o seu recurso especial, visando afastar a prescrição dos 10 anos anteriores ao protocolo do pedido administrativo, garantindo a restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS/PASEP por todo período acima referendado.

Ocorre que o referido acórdão transitou em julgado, em 29.10.2020, e após os autos terem retornado à origem, foi disponibilizada decisão certificando o trânsito em julgado e determinando que o IRB Brasil RE se manifestasse a respeito da execução do julgado.

Em 30.10.2020, os autos foram remetidos ao STF em grau de recurso, sendo autuados sob o nº ARE 1297479. Considerando que houve equívoco na remessa dos autos ao STF, foi determinada a abaixo à origem. Em 13.01.2021, autos recebidos na 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Em 09.04.2021, foi apresentada execução do julgado pelo IRB Brasil RE, pleiteando o valor de aproximadamente R\$ 308.681.

Em 30.04.2021, União Federal foi intimada para impugnar a execução. Em 27.05.2021, apresentada petição pela União Federal requerendo concessão de prazo suplementar. Em 31.05.2021, foi apresentada manifestação pelo IRB Brasil RE pugnando pela rejeição do pedido de dilação, o qual foi negado e, em 17.06.2021, a União Federal apresentou impugnação à execução, alegando que não teriam sido juntados os documentos necessários à execução do julgado, requerendo a intimação do IRB Brasil RE para que apresente a cópia dos DARFs referentes ao recolhimento do PIS, no período de outubro de 1991 a maio de 1994, acompanhado das DIPJs dos anos-base de 1991 a 1994, por não possuir mais acesso.

Em 13.08.2021, a União Federal apresentou nova impugnação, desta vez indicando o valor do indébito que entende devido de R\$ 261.029, atualizado até dezembro/2021. Em 25.08.2021, a Companhia se manifestou pugnando pelo valor total da execução, no montante de aproximadamente R\$ 308.681, bem como pela autorização de liberação do precatório de R\$ 261.029 (valor incontroverso).

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital

Em 31 de agosto de 2020, o Conselho de Administração homologou o Aumento de Capital Privado no valor de R\$ 2.300.000, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão, para subscrição privada, de 331.890.331 ações ordinárias. O valor adicional de R\$ 1.006, obtido com a venda das sobras de ações não subscritas, foi destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações. Os gastos com emissão de ações, líquido de impostos, totalizaram R\$ 33.556 e foram registrados em conta retificadora do grupo Capital Social.

A SUSEP, por meio da Portaria SUSEP/CGRAJ nº 41, de 1º de março de 2021, aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 2.300.000, elevando-o para R\$ 4.253.080 mil.

Em 31 de dezembro de 2021, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

Acionista	ON	% participação do capital em circulação
Bradesco Seguros S.A.	200.003.914	15,9%
Itaú Seguros S.A.	145.924.075	11,6%
Outros (*)	909.358.542	72,5%
	1.255.286.531	100,0%

(*) Participações acionárias inferiores a 5%.

24.2. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações, tendo como objetivo a aquisição de ações emitidas pela Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução de capital social, visando maximizar a geração de valor para seus acionistas.

A vigência do programa é de 19 de fevereiro de 2020 até 18 de agosto de 2021 e a quantidade de ações a serem adquiridas está limitada a 41.898.920 (quarenta e um milhões, oitocentos e noventa e oito mil e novecentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia.

Apesar do programa permitir a recompra de 41.898.920 ações ordinárias, qualquer dotação de recursos está sujeita a autorização específica do Conselho de Administração. Conforme fato relevante divulgado em 27 de julho de 2020, a Diretoria Estatutária foi autorizada a recomprar apenas 5.000.000 de ações em um primeiro momento, porém à revelia do Conselho de Administração, a recompra de ações da Companhia pela antiga administração ultrapassou a quantidade autorizada em 2.850.000 ações.

A quantidade de ações em tesouraria adquiridas em 2020 pela Companhia totalizava 7.850.000 ações ordinárias, com preço médio de R\$ 34.51 por ação, sendo os preços mínimos e máximos de R\$ 30,81 e R\$38,00, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 270.870.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuiu 12.603.800 ações em tesouraria, que representam um total de R\$ 283.760.

24.3. Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado 2021	2020
Saldo no início do exercício	(354.715)	(191.071)
Perda originada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	163.172	(49.049)
Perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários - Controladas	(2.948)	(3.079)
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego (26.5)	48.196	(155.812)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	65.269	19.620
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(19.278)	62.324
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior (II)	(24.428)	(37.648)
Saldo no final do exercício	(451.076)	(354.715)

(I) As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia, das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

24.4. Prejuízo por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o prejuízo líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O prejuízo por ação básico é computado pela divisão do prejuízo do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do prejuízo por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado 2021	2020
Numerador		
Prejuízo do exercício	(682.701)	(1.481.516)
Denominador (quantidade de ações em unidades)		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	1.255.286.531	1.255.286.531
Prejuízo por ação (em reais)	(0,54)	(1,18)

25. Detalhamento das contas de resultado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os prêmios ganhos para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

25.1. Prêmios ganhos - principais grupos de atuação (Bruto de retrocasso)

	Controladora e Consolidado 2021	2020			
Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos	69.424	(4.045)	12.059	(157)	77.229
Automóvel	68.885	(22.557)	(3.639)	2.959	46.192
Habitacional	47.517	(7.697)	(801)	(46)	42.521
Marítimos	90.455	(1.476)	2.186	(260)	191.076
Nucleares	(6.037)	168	24.816	(1.429)	20.614
Patrimonial	1.575.395	(109.433)	122.970	(13.445)	1.569.225
Pessoas	667.797	(195.693)	(119.935)	67.446	521.769
Petróleo	813.785	(240)	(13.044)	70	800.571
Responsabilidades	228.818	(25.181)	9.725	(9.601)	203.735
Riscos financeiros	233.768	(40.399)	(91.542)	40.399	166.961
Rural	1.253.756	(306.056)	23.752	(7.004)	1.035.566
Transportes	280.075	(24.730)	9.623	(802)	264.560
Exterior (II)	3.430.020	(478.828)	353.271	(33.746)	3.262.191
Total	8.756.658	(1.321.308)	569.362	(13.840)	7.987.428

	Controladora e Consolidado 2020	2021			
Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos	93.083	(2.506)	6.394	(1.153)	267
Automóvel	61.370	(14.768)	(12.275)	2.886	(1.328)
Habitacional	54.070	(5.671)	2.458	(36)	(1.808)
Marítimos	92.945	(2.609)	(153)	(108)	(50)
Nucleares	27.931	(1.735)	(5.463)	311	(116)
Patrimonial	1.526.358	(111.513)	91.068	1.968	(7.817)
Pessoas	464.459	(95.795)	(1.084)	2.011	24.620
Petróleo	786.086	(2.039)	9.884	(1.801)	792.130
Responsabilidades	243.151	(34.318)	(7.351)	(2.520)	49
Riscos financeiros	202.418	(74.332)	33.882	(14.998)	(4.496)
Rural	1.019.589	(292.344)	115.037	(25.868)	142.474
Transportes	301.127	(26.734)	33.851	(5.758)	416
Exterior (II)	4.720.815	(621.280)	(128.470)	24.979	23.508
Total	9.593.202	(1.283.644)	139.778	(14.975)	46.308

	Controladora e Consolidado 2020	2021			
Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos	93.083	(2.506)	6.394	(1.153)	267
Automóvel	61.370	(14.768)	(12.275)	2.886	(1.328)
Habitacional	54.070	(5.671)	2.458	(36)	(1.808)
Marítimos	92.945	(2.609)	(153)	(108)	(50)
Nucleares	27.931	(1.735)	(5.463)	311	(116)
Patrimonial	1.470.431	(275.204)	897	(1.767)	1.192.904
Pessoas	498.846	(135.565)	24.963	(1.346)	508.132
Petróleo	97.888	(10.655)	(6.799)	(146)	(614)
Responsabilidades	54.270	(11.026)	20.313	(3.771)	(49)
Riscos financeiros	185.728	(46.142)	(32.448)	5.418	1.188
Rural	681.005	(67.889)	183.076	(12.424)	(2.862)
Transportes	105.865	(10.499)	39.453	(7.348)	760
Total	3.430.020	(478.828)	353.271	(33.746)	(8.526)

	Controladora e Consolidado 2021	2020			
Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos	265.875	(34.788)	83.161	(7.274)	(3.754)
Automóvel	39	1	1	(963)	303.202
Marítimos	101.189	(10.218)	33.916	(5.353)	(75)
Nucleares	902	(62)	604	(66)	1.378
Patrimonial	1.470.431	(275.204)	897	(1.767)	1.192.904
Pessoas	498.846	(135.565)	24.963	(1.346)	508.132
Petróleo	97.888	(10.655)	(6.799)	(146)	(614)
Responsabilidades	54.270	(11.026)	20.313	(3.771)	(49)
Riscos financeiros	185.728	(46.142)	(32.448)	5.418	1.188
Rural	681.005	(67.889)	183.076	(12.424)	(2.862)
Transportes	105.865	(10.499)	39.453	(7.348)	760
Total	3.430.020	(478.828)	353.271	(33.746)	(8.526)

	Controladora e Consolidado 2021	2020			
Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos	265.875	(34.788)	83.161	(7.274)	(3.754)
Automóvel	39	1	1	(963)	303.202
Marítimos	101.189	(10.218)	33.916	(5.353)	(75)
Nucleares	902	(62)	604	(66)	1.378
Patrimonial	1.470.431	(275.204)	897	(1.767)	1.192.904
Pessoas	498.846	(135.565)	24.963	(1.346)	508.132
Petróleo	97.888	(10.655)	(6.799)	(146)	(614)

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

continuação

25.10. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	(1.411.704)	(1.411.704)	(1.904.700)	(1.904.700)
Alíquotas nominais vigentes.....	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	352.926	211.756	476.175	285.705
Adições e exclusões permanentes.....	87.853	76.468	(211.553)	(127.143)
Juros Sobre Capital Próprio.....	-	-	(6.961)	(4.387)
Incentivos fiscais.....	873	552	(120)	(72)
Créditos tributários - retificação anos anteriores (i).....	9.969	22.855	-	-
Participações societária/sucursais.....	(345)	(207)	(7.096)	(4.257)
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	1.667	1.000	(2.475)	(1.485)
Outros ajustes.....	(178)	(96)	(183)	(109)
Custo com emissão de ações.....	-	-	8.389	5.032
Crédito diferido filial Londres (ii).....	-	-	(203.107)	(121.865)
Bônus de retenção.....	(5.506)	-	-	-
Atualização Recuperação PIS (Precatório) (iii).....	52.170	31.302	-	-
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários (iv).....	29.203	21.062	-	-
IR e CS na demonstração do resultado.....	440.779	288.224	264.622	158.562
Correntes.....	49.871	38.376	(6.962)	(4.388)
Diferidos.....	410.908	249.848	271.584	162.950

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	(1.395.465)	(1.395.465)	(1.861.918)	(1.861.918)
Alíquotas nominais vigentes.....	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	352.911	211.750	431.339	269.566
Adições e exclusões permanentes.....	75.946	72.157	(198.131)	(122.370)
Juros Sobre Capital Próprio.....	-	-	(6.961)	(4.387)
Incentivos fiscais.....	873	552	(120)	(72)
Créditos tributários - retificação anos anteriores (i).....	9.969	22.855	-	-
Participações societária/sucursais.....	(870)	(396)	(5.118)	(3.546)
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	1.667	1.000	(2.475)	(1.485)
Outros ajustes.....	(151)	(182)	(11.261)	(3.953)
Custo com emissão de ações.....	-	-	8.389	5.032
Crédito diferido filial Londres (ii).....	-	-	(203.107)	(121.865)
Bônus de retenção.....	(5.506)	-	-	-
Atualização Recuperação PIS (Precatório) (iii).....	52.170	31.302	-	-
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários (iv).....	29.203	21.062	-	-
Diferido sobre prejuízo em controladas.....	(6.071)	(2.186)	-	-
Baixa de Créditos.....	(5.138)	(1.850)	-	-
IR e CS na demonstração do resultado.....	428.857	283.907	233.208	147.194
Correntes.....	18.689	34.325	(82.716)	(32.167)
Diferidos.....	410.168	249.582	315.924	179.361

(i) Refere-se a créditos originários de retificações de obrigações acessórias de 2018 e 2017 apuradas no exercício.
 (ii) Em anos anteriores, foi constituído crédito tributário diferido referente aos prejuízos fiscais gerados na sucursal de Londres pois a administração previa a breve retomada das operações da sucursal o que permitiria a geração de lucro tributário no período de até 10 anos, suficientes para compensar o ativo. Considerando os resultados gerados nas operações de resseguros no exterior e as presentes condições de mercado com ao agravamento da crise motivada pela segunda onda da Covid-19, a Companhia contratou consultoria externa, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 04 de janeiro de 2021, para revisão de sua estratégia, incluindo a possível retomada das atividades da sucursal de Londres. Considerando o exposto, naquele momento o IRB não possuía condições objetivas para confirmar a geração de lucros na referida sucursal em montantes suficientes para a recuperação do crédito tributário no período citado. Em consequência, conforme preconizado nas normas contábeis, a Companhia reverteu o crédito tributário em dezembro de 2020 no montante de R\$ 335.914, sendo R\$ 324.972 em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado do exercício. O impacto da variação cambial revertida no resultado do exercício de 2020 foi de R\$ 10.942.
 (iii) Em agosto de 2021, a Companhia registrou o ganho de ação judicial no montante de R\$ 261.029 referente ao precatório do PIS/PASEP, conforme nota 23.4.3, sendo R\$ 52.350 de principal (nota 25.7) e R\$ 208.679 de atualização monetária (nota 25.8).
 (iv) O Supremo Tribunal Federal (STF), em 24 de setembro de 2021, em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a atualização da Selic, incidentes sobre os débitos tributários.
 Neste contexto, em 13 de outubro de 2021, foi proferida decisão judicial, no mandado de segurança em que a Companhia discute a referida matéria, no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente da inclusão dos juros de mora (Selic) recebidos no levantamento de créditos decorrentes de débito tributário, mediante restituição ou compensação, na apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.
 Sendo assim, lastreada nas decisões judiciais em referência, a Companhia reconheceu nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 uma receita de IRPJ e CSLL em relação aos débitos tributários no montante de R\$ 50.265, conforme ICPZ 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), sendo:
 (a) Corrente: R\$ 34.000 como IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a Companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e
 (b) Diferido: R\$ 16.265 pela recomposição do prejuízo fiscal referente aos períodos em que a companhia apurou base fiscal negativa, apresentados no ativo fiscal diferido (não circulante).

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes da provisão para IRPJ/CSLL.....	(1.395.465)	(1.395.465)	(1.861.918)	(1.861.918)
Alíquotas nominais vigentes.....	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal.....	352.911	211.750	431.339	269.566
Adições e exclusões permanentes.....	75.946	72.157	(198.131)	(122.370)
Juros Sobre Capital Próprio.....	-	-	(6.961)	(4.387)
Incentivos fiscais.....	873	552	(120)	(72)
Créditos tributários - retificação anos anteriores (i).....	9.969	22.855	-	-
Participações societária/sucursais.....	(870)	(396)	(5.118)	(3.546)
Provisão para perda (plano saúde pré 68).....	1.667	1.000	(2.475)	(1.485)
Outros ajustes.....	(151)	(182)	(11.261)	(3.953)
Custo com emissão de ações.....	-	-	8.389	5.032
Crédito diferido filial Londres (ii).....	-	-	(203.107)	(121.865)
Bônus de retenção.....	(5.506)	-	-	-
Atualização Recuperação PIS (Precatório) (iii).....	52.170	31.302	-	-
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários (iv).....	29.203	21.062	-	-
Diferido sobre prejuízo em controladas.....	(6.071)	(2.186)	-	-
Baixa de Créditos.....	(5.138)	(1.850)	-	-
IR e CS na demonstração do resultado.....	428.857	283.907	233.208	147.194
Correntes.....	18.689	34.325	(82.716)	(32.167)
Diferidos.....	410.168	249.582	315.924	179.361

25.10. Imposto de renda e contribuição social

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Resultado
Ativo fiscal diferido				
Provisões trabalhistas.....	207.212	-	(24.060)	(24.060)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	26.021	-	(1.785)	(1.785)
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias.....	-	6.449	-	6.449
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	29.659	65.269	-	65.269
Provisão para contingências trabalhistas.....	22.520	1.498	-	1.497
Ajuste a valor de mercado - investimento.....	2.141	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa.....	940.763	712.404	-	712.404
Outros.....	155	-	(155)	(151)
Total ativo fiscal diferido.....	1.228.471	785.620	(26.000)	694.354
Passivo fiscal diferido				
Atualização depósitos judiciais.....	(83.071)	(5.925)	-	(5.925)
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego.....	(14.450)	-	2.666	21.944
Pis e Cofins diferidos.....	(105.780)	(28.677)	-	(28.677)
PIS (precatórios).....	-	(20.940)	-	(20.940)
Total passivo fiscal diferido.....	(203.301)	(55.542)	2.666	(19.278)
Total líquido controladora.....	1.025.170	730.078	(26.000)	660.756
Ajuste a valor de mercado.....	2.523	(2.523)	-	(1.006)
Total líquido consolidado.....	1.027.693	727.555	(26.000)	659.750

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Resultado
Ativo fiscal diferido				
Provisões trabalhistas.....	189.839	17.373	-	17.373
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	77.448	-	(51.427)	(51.427)
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias.....	77.559	-	(77.559)	-
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	10.039	19.620	-	19.620
Provisão para contingências trabalhistas.....	19.003	3.517	-	3.517
Ajuste a valor de mercado - investimento.....	167	1.974	-	1.974
Prejuízo fiscal sucursal Londres (i).....	335.914	(335.914)	-	(324.973)
Prejuízo fiscal e base negativa.....	-	940.763	-	940.763
Outros.....	192	-	(37)	(40)
Total ativo fiscal diferido.....	710.161	983.247	(464.937)	509.628
Passivo fiscal diferido				
Atualização depósitos judiciais.....	(100.757)	-	17.686	-
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego.....	(14.450)	(3.960)	-	(66.284)
Pis e Cofins diferidos.....	(79.284)	(26.496)	-	(26.496)
Total passivo fiscal diferido.....	(190.531)	(3.960)	(8.810)	(75.094)
Total líquido controladora.....	519.630	979.287	(447.251)	434.534
Ajuste a valor de mercado.....	(58.228)	-	60.751	60.751
Total líquido consolidado.....	461.402	979.287	(386.500)	495.285

(i) Substancialmente representado pelo ativo fiscal diferido da sucursal Londres.

26. Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as contas de aposentadoria.
 A Companhia oferece os benefícios descritos na Nota 26.4, sendo eles:
 a. Custeio integral dos benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte.
 b. Plano de saúde contributivo para funcionários ativos e aposentados.
 c. Auxílio funeral.
 d. Seguro de vida.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Hipóteses econômicas				
Taxa real de desconto (*).....	5,50%	3,25%	5,50%	3,25%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos.....	9,90%	6,57%	9,90%	6,57%
Projeção de crescimento real de salário.....	Plano A: Não adotada	Plano A: Não adotada	Plano Médico: 0%	Plano Médico: 0%
	Plano B: 1%	Plano B: 1%	Demais Planos: Não se aplica	Demais Planos: Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS.....	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano.....	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados.....	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
	Plano A: Não adotada	Plano A: Não adotada	Plano Médico: 5%	Plano Médico: 5%
	Plano B: 5%	Plano B: 5%	Demais Planos: Não se aplica	Demais Planos: Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade.....	Plano B: 5%	Plano B: 5%	Demais Planos: Não se aplica	Demais Planos: Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios do INSS e do plano.....	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
Tábua de sobrevivência: Plano Pré-68.....	Não se aplica	Não se aplica	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
	PLANO A: AT-2000 suavizada em 10%/M&F (suav. 10%)	PLANO A: AT-2000 suavizada em 10%/M&F (suav. 10%)	PLANO B: AT-2000 suavizada em 10%/M&F (suav. 10%)	PLANO B: AT-2000 suavizada em 10%/M&F (suav. 10%)
Tábua de sobrevivência: Demais Planos.....	(D10)	(D10)	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de invalidez.....	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85
Tábua de entrada de invalidez.....	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

(*) A taxa de desconto foi apurada de acordo com a instrução da CVM 695, sendo utilizada como base a taxa de títulos dos títulos públicos federais (NTN-B) com a indexação e os prazos esperados das obrigações de benefício pós-emprego.

26.1. Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável, a partir de 2004). Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários. O montante de contribuições pagas pela Companhia, no presente exercício, a alíquotas especificadas pelas regras desse plano foi de R\$ 8.440 (R\$ 10.677 em 31 de dezembro de 2020).
 A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano B no exercício atual é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano.....	-	-	175.419	160.254
Custo dos serviços correntes.....	-	-	141	204
Custo dos juros.....	-	-	12.005	11.109
Perda atuarial.....	-	-	12.646	15.934
Benefícios pagos.....	-	-	(11.576)	(12.082)
Valor presente das obrigações atuariais.....	-	-	188.635	175.419
A movimentação no valor justo dos ativos do Plano B no exercício atual é apresentada a seguir:				
Valor justo inicial dos ativos do plano.....	-	-	199.576	190.277
Retorno ocorrido nos investimentos.....	-	-	13.121	12.510
Contribuições do empregador.....	-	-	8.440	10.677
Contribuições dos participantes do plano.....	-	-	20.164	12.898
Benefícios pagos.....	-	-	(11.576)	(12.082)
Retorno sobre os ativos.....	-	-	(31.896)	(14.704)
Valor justo final dos ativos do plano.....	-	-	197.829	199.576
O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:				
31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020			
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(188.635)	(175.419)		
Valor justo dos ativos do plano.....	197.829	199.576		
Situação financeira.....	9.194	24.157		
Efeito do teto de ativos.....	(9.194)	(24.157)		
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos.....	-	-		

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano.....	-	-	175.419	160.254
Custo dos serviços correntes.....	-	-	141	204
Custo dos juros.....	-	-	12.005	11.109
Perda atuarial.....	-	-	12.646	15.934
Benefícios pagos.....	-	-	(11.576)	(12.082)
Valor presente das obrigações atuariais.....	-	-	188.635	175.419
A movimentação no valor justo dos ativos do Plano B no exercício atual é apresentada a seguir:				
Valor justo inicial dos ativos do plano.....	-	-	199.576	190.277
Retorno ocorrido nos investimentos.....	-	-	13.121	12.510

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

continuação

(iii) Benefício pós-emprego - seguro de vida

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100,0% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB Brasil RE arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

(iv) Benefício pós-emprego - auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R\$ 1.344,87 para funeral simples, R\$ 1.554,63 para cremação e R\$ 2.640,80 para funeral com cremação.

26.5. Consolidação dos efeitos - Benefício pós-emprego

Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e no patrimônio líquido – outros resultados abrangentes foram os seguintes:

Total dos valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Benefício definido		Outros benefícios		Outras provisões (PEONA)		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Custo do serviço.....	-	-	(663)	(156)	-	(663)	(156)
Custo dos juros.....	(8.407)	(8.316)	(23.488)	(20.721)	-	(31.895)	(29.037)
Contribuições pagas.....	-	-	(8.440)	(10.677)	-	(8.440)	(10.677)
Asset ceiling.....	(16.315)	3.900	-	-	-	(16.315)	3.900
Outras movimentações.....	-	-	-	-	(48)	286	(48)
Total valores reconhecidos.....	(24.722)	(4.416)	(32.591)	(31.554)	(48)	286	(35.684)

Total dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes:

	Benefício definido		Outros benefícios		Total
	2021	2020	2021	2020	
(Ganhos)/perdas atuariais.....	79.496	248.849	54.080	(47.030)	133.576
Efeito do teto dos ativos.....	(63.403)	(360.275)	-	-	(21.977)
Outras movimentações.....	(21.977)	2.644	-	-	(63.403)
Total valores reconhecidos.....	(5.884)	(108.782)	54.080	(47.030)	48.196

26.6. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 33 – Benefícios a Empregados, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da Administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

PLANO A	Taxa real	Benefício definido		Outros benefícios		Total
		2021	2020	2021	2020	
	Taxa nominal (*)	5,00%	5,25%	5,75%	6,00%	
	Obrigação de benefício definido	1.334.748	1.306.317	1.252.453	1.226.928	
	Impacto com o cenário principal	55.830	27.400	(26.464)	(51.989)	
PLANO B	Taxa real	5,00%	5,25%	5,75%	6,00%	
	Taxa nominal (*)	9,38%	9,64%	10,16%	10,42%	
	Obrigação de benefício definido	191.270	189.897	187.329	186.126	
	Impacto com o cenário principal	2.635	1.262	(1.306)	(2.509)	
PRE 68	Taxa real	5,00%	5,25%	5,75%	6,00%	
	Taxa nominal (*)	9,38%	9,64%	10,16%	10,42%	
	Obrigação de benefício definido	116.636	114.978	111.785	110.248	
	Impacto com o cenário principal	3.274	1.616	(1.577)	(3.114)	
Plano de Saúde	Taxa real	5,00%	5,25%	5,75%	6,00%	
	Taxa nominal (*)	9,38%	9,64%	10,16%	10,42%	
	Obrigação de benefício definido	334.570	326.943	311.999	305.200	
	Impacto com o cenário principal	14.963	7.337	(7.608)	(14.407)	
Auxílio Funeral	Taxa real	5,00%	5,25%	5,75%	6,00%	
	Taxa nominal (*)	9,38%	9,64%	10,16%	10,42%	
	Obrigação de benefício definido	1.699	1.651	1.563	1.521	
	Impacto com o cenário principal	93	45	(43)	(85)	
Seguro de Vida	Taxa real	5,00%	5,25%	5,75%	6,00%	
	Taxa nominal (*)	9,38%	9,64%	10,16%	10,42%	
	Obrigação de benefício definido	1.188	1.169	1.133	1.116	
	Impacto com o cenário principal	37	18	(18)	(35)	

Sensibilidade na tabela de mortalidade

PLANO A	Taxa nominal (*)	Benefício definido		Outros benefícios		Total
		2021	2020	2021	2020	
	Tábuas	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	
	Obrigação de benefício definido	1.245.149	1.330.661	1.245.149	1.330.661	
	Impacto com o cenário principal	33.768	(33.768)	9,90%	9,90%	
PLANO B	Taxa nominal (*)	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	
	Tábuas	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	
	Obrigação de benefício definido	186.707	188.708	186.707	188.708	
	Impacto com o cenário principal	(1.929)	73	9,90%	9,90%	
PRE 68	Taxa nominal (*)	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	
	Tábuas	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	
	Obrigação de benefício definido	108.971	119.529	108.971	119.529	
	Impacto com o cenário principal	(4.391)	6.167	9,90%	9,90%	
Plano de Saúde	Taxa nominal (*)	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	
	Tábuas	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	
	Obrigação de benefício definido	309.164	335.844	309.164	335.844	
	Impacto com o cenário principal	(10.442)	16.237	9,90%	9,90%	
Auxílio Funeral	Taxa nominal (*)	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	
	Tábuas	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	
	Obrigação de benefício definido	1.657	1.529	1.657	1.529	
	Impacto com o cenário principal	51	(77)	9,90%	9,90%	
Seguro de Vida	Taxa nominal (*)	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	
	Tábuas	9,90%	9,90%	9,90%	9,90%	
	Obrigação de benefício definido	1.115	1.209	1.115	1.209	
	Impacto com o cenário principal	(36)	58	9,90%	9,90%	

(*) Considera inflação.

Seção F – Políticas contábeis

27. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

27.1. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "ajustes acumulados de conversão".

27.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.

27.3. Ativos financeiros

27.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

27.3.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

27.3.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

27.3.4. Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas, somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relatada pelo emissor ou devedor;
 - (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
 - (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
 - (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
 - (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
- O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num exercício subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está

deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado – será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por impairment de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um exercício subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida no resultado, a perda por impairment é revertida por meio de demonstração do resultado.

27.4. Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativamente afetado adversamente a outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento seguro) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

27.5. Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, que variam entre 1 até 5 anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

27.6. Imobilização

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.l. - %)	Anos
Edifícios.....	4,0	25
Móveis e utensílios.....	10,0	10
Equipamentos de informática.....	20,0	5
Veículos.....	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

27.7. Propriedades imobiliárias de investimento

Os imóveis para os quais a Companhia mantém o controle da empresa IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., como possuídos certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de leasing operacional segundo o CPC 06 (R2) – Arrendamento. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28 – Propriedade para Investimento) para avaliação desses ativos.

Os ativos imobiliários de investimento de sua subsidiária são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de ren

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021



www.irbre.com

continuação

27.17. Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC. São apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

27.18. Normas novas, alterações e interpretações de normas

A seguinte norma foi emitida pelo IASB e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023.
IFRS 17 – “Insurance Contracts”: O IASB (International Accounting Standard Board), emitiu uma nova norma abrangente para todas as companhias de seguros e resseguros que emitem relatórios de acordo com a IFRS (International Financial Reporting Standards). Esta norma, que substitui a norma atual, IFRS 4, é obrigatória para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2023, com reapresentação completa do saldo comparativo.
 O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) emitiu o CPC 50 – Contratos de Seguros. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade IFRS 17.
 A SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) é o órgão regulador responsável por controlar e fiscalizar os mercados de seguros no Brasil. Até o momento a SUSEP não se pronunciou quando e como irá adotar a norma IFRS 17.

A IFRS 17 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros e resseguro emitidos. Também requer que princípios semelhantes sejam aplicados a contratos de resseguro e retrocessão mantidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos.
 O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de uma forma que represente fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos no âmbito da IFRS 17 têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma entidade.

Os contratos devem ser reconhecidos através da mensuração de quatro componentes:
 - Estimativas de fluxos de caixa; projeções de fluxos de caixa, que devem incluir a melhor estimativa para as entradas e saídas dos fluxos de caixa relacionados aos contratos.

- Desconto: ajuste para refletir o valor do dinheiro no tempo.
- Ajuste a risco não financeiro: ajuste à estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que a entidade requer por suportar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorram de risco não financeiro.
- Margem Contratual de Seguro: lucro não auferido resultante do fluxo de caixa líquido positivo que deve ser reconhecido conforme seja prestada a cobertura de resseguro no futuro.

A IFRS 17 apresenta duas abordagens para mensuração de grupos de contratos de resseguro emitido e retrocessão:
 - **Building Block Approach** (Modelo padrão): aplicável a todo tipo de contratos de resseguro emitidos ou retrocessão.
 - **Premium Allocation Approach** (Modelo simplificado): abordagem opcional para contratos com duração até 12 meses ou cujos resultados não sejam significativamente diferentes aos obtidos se fosse utilizado o modelo padrão.

A Companhia concluiu sua política contábil e adotará o modelo padrão para mensuração de todos os seus grupos de contratos.
 Para reconhecimento e mensuração dos contratos, é necessário identificar carteiras de contratos emitidos e mantidos. Uma carteira compreende contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. A Companhia identificou suas carteiras de resseguro e retrocessão com base na estrutura interna atual de gestão de negócios, levando em consideração aspectos relevantes como: especificação dos contratos, gestão de reservas e gerenciamento de produtos. O projeto de implementação atual compreende a criação do modelo operacional (sistemas e processos), desenvolvimento de modelos de fluxos de caixa, estabelecimento de políticas contábeis e implementação de ferramentas de cálculo. A Companhia avalia que o impacto para atendimento à IFRS 17 será grande em suas operações, e alterará de forma significativa o método como os dados são coletados, armazenados e processados. Não é possível, entretanto, neste estágio de adoção, quantificar estes impactos, que serão divulgados assim que for possível mensurá-los de forma confiável. Adicionalmente, o IFRS 9 – “Financial Instruments”, será adotado quando o IFRS 17 entrar em vigor.

28. Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Nas preparações das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, provisões técnicas e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacam-se, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrita no item (a), as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descritas no item (b), as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descritas no item (c), as estimativas utilizadas no cálculo da provisão para risco de crédito, descritas no item (d), as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descritas no item (e), as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (f), estimativas de recebimento de salvados e ressarcidos, descritas no item (g) abaixo.
 Alterações em tais premissas, ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercícios futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente à essa estimativa crítica está demonstrada na nota 2.2.2.3.

No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer. Com base nas informações e experiência da Companhia, a equipe atuarial define premissas que permitam a obtenção da melhor estimativa do passivo a ser contabilizado. Tais estimativas são reavaliadas periodicamente com o objetivo de garantir que, quando da liquidação das obrigações da Resseguradora, estes montantes difiram, no mínimo possível, do ponto de vista estatístico-atuarial, daqueles contabilizados inicialmente.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de Provisão para riscos de créditos

Conforme evidenciado na nota 7.3, a Companhia adota metodologia própria considerando o histórico de inadimplência dos clientes, se baseando na segregação de parceiros de negócios por origem de atuação, país e exterior e partes relacionadas, classificação de rating por histórico de adimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

(e) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada trimestre. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na nota 26, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

(f) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada trimestre. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na nota 26.6, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

(g) Estimativas de recebimento de salvados e ressarcidos

Conforme demonstrado na nota 10 e 25.2, a Companhia mantém nota técnica atuarial com a metodologia de constituição da estimativa de recebimento de Salvados e Ressarcidos, sendo esta contabilização um ajuste redutor da provisão de sinistros. Essa estimativa corresponde exclusivamente às estimativas dos salvados e ressarcimentos ainda não ativados, haja vista que, após a ativação, a manutenção da estimativa de recebimento como um ajuste redutor da provisão implicaria duplicação de registro, uma vez que esse valor já está contabilizado no ativo da Companhia.
 Com base nas normas e orientações expedidas pela SUSEP, não poderá ser considerada como ajuste de PSL a parcela da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos relativa aos sinistros já liquidados, sendo neste caso registrado no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento. A Companhia dispõe ainda de histórico de dados suficiente para a análise da consistência dos valores registrados, conforme determinado pela SUSEP para registro e monitoramento desta estimativa.

Anexo 1 – Informações suplementares

Abaixo estão apresentadas as informações requeridas pela SUSEP e não requeridas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), mas que a administração da Companhia julgou relevante para fins de apresentação:

1.1. Capital Mínimo Requerido e Patrimônio Líquido Ajustado

A Resolução CNSP nº 432/2021 estabelece a metodologia para o cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, cálculo do patrimônio líquido ajustado, bem como os critérios de avaliação da suficiência regulatória.
 A nova Resolução considera a implementação de requisitos de qualidade para fins de cobertura do Capital mínimo requerido e de apuração do Patrimônio líquido ajustado.

- Capital mínimo requerido (CMR): montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.
- Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.
- Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulção específica.
- Patrimônio líquido ajustado (PLA): patrimônio líquido contábil ou patrimônio social contábil, conforme o caso, ajustado por adições, exclusões e limites, para apar os recursos disponíveis que possibilitem às supervisadoras executarem suas atividades diante de oscilações e situações adversas, devendo ser líquido de ativos de elevado nível de subjetividade de valoração ou que já garantam atividades financeiras similares, e de outros ativos cuja natureza seja considerada inapropriada para resguardar sua capacidade de absorção de perdas.

No cálculo do PLA aplica-se mais um filtro em adição aos ajustes contábeis e aos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos na regra anterior, com o objetivo de reforçar a capacidade de absorção de perdas do capital regulatório.
 Conforme estabelecido no parágrafo 12 da Resolução CNSP nº 432, foram definidos 3 (três) níveis distintos de PLA de acordo com a capacidade de absorção de perdas de seus componentes e estabelecidos limites para cada um deles.

Considerando a metodologia vigente estabelecida pelo órgão regulador, a Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado, na data base de 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 89.562. Em 31 de dezembro de 2020, de acordo com a metodologia anterior, a suficiência de patrimônio líquido ajustado era de R\$ 1.419.905, considerando o ajuste de PIS e COFINS diferidos referente a mudança de prática contábil descrita na nota 1.4.

A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos no cálculo do patrimônio líquido ajustado:

	Controladora e Consolidado
	2021
Capital de risco baseado em risco de subscrição.....	1.081.200
Capital de risco baseado em risco de crédito.....	598.519
Capital de risco baseado em risco operacional.....	62.853
Capital de risco baseado em risco de mercado.....	89.184
Benefício da diversificação de riscos.....	(266.506)
Capital de risco total.....	1.565.250
Capital-base.....	60.000
Capital mínimo requerido (i).....	1.565.250
Patrimônio líquido ajustado (ii).....	1.654.812
Suficiência de patrimônio líquido ajustado.....	89.562
(i) O maior entre o capital de risco total e o capital base.	
(ii) Patrimônio utilizado para fins de apuração da suficiência de cobertura do CMR.	

	2021
Patrimônio líquido.....	3.634.360
Deduções.....	
Despesas antecipadas.....	(10.623)
Participações societárias.....	(28.876)
Créditos tributários – prejuízo fiscal.....	(1.653.166)
Intangíveis.....	(84.989)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior.....	(98.535)
Créditos tributários (iii).....	(180.104)
Outras deduções.....	(50)
Ajustes econômicos.....	195.880
Ajustes do excesso de PLA de nível 3 (iv).....	(119.085)
Patrimônio líquido ajustado.....	1.654.812
(iii) O valor referente ao crédito tributário de diferenças temporárias deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (Nota 11.1), que ultrapassar a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR).	

	Raphael Afonso Godinho de Carvalho Presidente e Vice-Presidente Executivo de Resseguros Interino	Wilson Toneto Vice-Presidente Executivo Técnico e de Operações	Willy Otto Jordan Neto Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores	Carlos André Guerra Barreiros Vice-Presidente Executivo, de Riscos, Conformidade e Jurídico	Thays Vargas Ferreira da Cunha Contadora - CRC 117013/O-9	Debora Pereira Tavares Atuária - MIBA 2011
--	---	---	---	--	--	---

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A. (“IRB Brasil RE” ou “Companhia”), considerando o Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, e os Pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, se manifestou favoravelmente às Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE e ao Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis à Companhia.

	Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.						
Antônio Cássio dos Santos Presidente	André Marcelo da Silva Prado Conselheiro	Antônio Francisco de Lima Neto Conselheiro	Ellen Gracie Northfleet Conselheira	Henrique José Fernandes Luz Conselheiro	Hugo Daniel Castillo Irigoyen Conselheiro	Ivan Gonçalves Passos Conselheiro	Marcos Pessoa de Queiroz Falcão Conselheiro

	Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.		
Paulo Euclides Bonzanini Presidente	José Rubens Alonso Conselheiro Titular	Leonardo de Paiva Rocha Conselheiro Titular	Otávio Ladeira de Medeiros Conselheiro Titular

www.irbre.com

IRB Brasil Resseguros S.A. | CNPJ 33.376.989/0001-91 continua

(iv) Valor referente ao ajuste de cobertura do CMR estabelecido conforme nova Resolução CNSP nº 432 e demonstrado abaixo. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos no cálculo dos níveis de PLA:

	2021
Patrimônio líquido.....	3.634.360
Deduções.....	
Despesas antecipadas.....	(10.623)
Participações societárias.....	(28.876)
Créditos tributários – prejuízo fiscal.....	(1.653.166)
Intangíveis.....	(84.989)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior.....	(98.535)
Créditos tributários total.....	(414.892)
Outras deduções.....	(50)
Imóveis e fundos imobiliários.....	(119.085)
PLA nível 1.....	1.224.144
Ajustes econômicos.....	195.880
PLA nível 2.....	195.880
Créditos tributários sobre diferenças temporárias limitados a 15% do CMR.....	234.788
Imóveis e fundos imobiliários.....	119.085
PLA nível 3.....	353.873
Ajustes de qualidade de cobertura do CMR	
a) PLA de nível 1 - no mínimo 50% do CMR.....	-
b) PLA de nível 3 - no máximo 15% do CMR.....	(119.085)
c) Soma do PLA de nível 2 e 3 - no máximo 50% do CMR.....	-
Patrimônio líquido ajustado.....	1.654.812

O PLA deve ser calculado pela soma do PLA de nível 1, do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3, respeitados os limites impostos pelos ajustes de qualidade de cobertura do CMR.

Em que pese a Companhia ter apresentado suficiência de patrimônio líquido ajustado frente ao capital mínimo requerido em dezembro de 2021, observa-se redução neste indicador frente ao apresentado em dezembro de 2020. Tal redução advém de vários fatores, sendo o mais representativo as perdas contábeis registradas neste exercício. Neste sentido a Administração, avalia de forma permanente medidas para reforçar sua estrutura de capital e elevar este indicador regulatório, tais como: (i) operações estruturadas redutoras de provisões, ou transferência de carteiras em run-off; (ii) vendas de participações imobiliárias; (iii) redução de capital ocioso em subsidiárias; (iv) emissão de dívida subordinada; e (v) subscrição de ações, entre outros. Outro pilar importante são as melhorias de resultados técnicos previstas em razão das diversas medidas de re-subscrição adotadas ao longo dos últimos meses. Considerando a estrutura de capital atual e as possíveis medidas supracitadas, a Administração espera manter para o próximo período suficiência neste indicador regulatório.

Por meio do Ofício nº 63 de 2 de setembro de 2020, a SUSEP determinou que a variação cambial das contas de IBNR, IBNER, PDR, Prêmio RVNE, PPNG RVNE, Comissão RVNE e DCD RVNE devem ser registradas em contrapartida das respectivas contas operacionais na Demonstração do Resultado, enquanto que o registro da contrapartida da variação cambial das demais provisões deve ser mantido na conta de resultado financeiro. Dessa forma, a Companhia reclassificou a variação cambial das mencionadas contas apenas para fins de elaboração das demonstrações contábeis preparadas para fins de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, apresentadas em separado. Consequentemente, as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), ora apresentadas, diferem das demonstrações contábeis preparadas para o atendimento exclusivo à SUSEP (“SUSEP GAAP”) nos seguintes montantes:

	Controladora		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
	IFRS	Reclassificações	SUSEP	IFRS
Prêmios ganhos.....	7.987.428	11.512	7.998.940	8.480.669
Prêmios emitidos líquidos.....	7.435.350	26.814	7.462.164	8.309.558
Variações das provisões técnicas.....	552.078	(15.302)	536.776	171.111
Sinistros ocorridos.....	(8.277.362)	(134.840)	(8.412.202)	(8.438.864)
Sinistros diretos.....	(8.727.426)		14.777	(8.712.649)
Salvados e ressarcimentos.....	115.194	-	115.194	45.523
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	334.870	(149.617)	185.253	(707.966)
Resultado com retrocessão.....	(920.926)	30.879	(890.047)	(1.268.943)
Receitas com retrocessões.....	2.323.592	36.773	2.360.365	2.664.288
Despesas com retrocessões.....	(3.248.815)	(5.894)	(3.254.709)	(3.919.511)
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário.....	(39.685)	-	(39.685)	(24.735)
Outras receitas e despesas operacionais.....	43.982	-	43.982	11.015
Resultado financeiro.....	556.680	92.449	649.129	(130.483)
Prejuízo do exercício.....	(682.701)	-	(682.701)	(1.481.516)

As reclassificações acima não produzem efeitos no capital mínimo regulatório, reservas técnicas, índices de solvência, liquidez regulatória e ativos garantidores. A sinistralidade calculada considerando as referidas reclassificações (“SUSEP GAAP”), é de 105,6% (101,5% em 2020).

Anexo 2 – Outras informações que a Companhia entenda relevantes

A Companhia demonstra abaixo a conciliação entre as demonstrações financeiras padronizadas disponibilizadas no modelo do sistema CVM (Empresas.Net) e os quadros de balanço patrimonial e demonstrações do resultado divulgados pelo IRB Brasil RE.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Balanco Patrimonial - Ativo					
Empresas.Net	Ativo				
1.01.01.01	Circulante.....	14.001.807	15.390.021	13.990.281	15.395.637
	Disponível.....	5	8.231	14.190	38.774
1.01.02	Ativos financeiros.....	6.1	4.014.753	3.880.318	3.966.341
1.01.03	Créditos das operações com resseguros e retrocessões.....	7.1	4.105.081	5.764.412	4.105.081
	Operações com seguradoras.....	7.2	3.215.171	4.193.770	3.215.171
	Operações com resseguradoras.....	7.2	919.770	1.496.530	919.770
	Outros créditos operacionais.....	7.2	30.738	139.172	30.738
	(-) Provisão para riscos de créditos.....	7.3	(60.598)	(65.060)	(60.598)
1.01.09.03.01	Ativos de retrocessão – provisões técnicas.....	9.2	1.201.522	1.352.762	1.201.522
	Prêmios - retrocessão.....	9.2	1.201.522	1.352.762	1.201.522
	Sinistros - retrocessão.....	9.1	4.386.902	3.732.920	4.386.902
	Outras provisões.....	9.3	11.346	7.755	11.346
	Títulos e créditos a receber.....	14.951.517	500.690	155.857	543.908
1.01.04.01	Títulos e créditos a receber.....	10	21.926	329.495	27.432
1.01.04.02	Créditos tributários e previdenciários.....	11.1	127.591	171.195	128.425
1.01.07.01	Despesas antecipadas.....	10	10.623	7.538	10.626
1.01.08.04	Custos de aquisição diferidos.....	12	113.832	119.436	113.832
	Não circulante.....	8.564.241	6.979.362	8.684.160	7.094.767
	Realizável a longo prazo.....	8.380.932	6.774.187	8.424.008	8.644.653
	Ativos financeiros.....	6.1	4.976.260	4.461.615	4.976.260
	Ativos de retrocessão – provisões técnicas.....	9.2	81.270	68.386	81.270
	Títulos e créditos a receber.....	10	589.816	550.711	589.816

Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

IRB Brasil RE

www.irbre.com

continuação

Resumo do Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário Referente às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de Dezembro de 2021

Ao Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") do IRB Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE"). É um órgão consultivo estatutário, constituído em consonância com a Instrução CVM nº 308/1999 e com a Resolução CNSP nº 321/2015, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade de: (i) assessorá-lo principalmente na avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) avaliar a efetividade e suficiência do sistema de controles internos e da gestão de riscos; e (iii) avaliar a efetividade das Auditorias Contábil e Atuarial independentes e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao IRB Brasil RE e suas empresas controladas, além de regulamentos e políticas internas.

O presente relatório, emitido em observância ao artigo 31-D, inciso VI da Resolução CVM nº 23/2021, apresenta, de forma resumida, as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário, relativas às análises e ao acompanhamento das ações da Administração visando a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, sendo que estas atividades decorreram das informações recebidas nas diversas reuniões realizadas ao longo de 2021 com: (i) a Administração; (ii) Auditores Independentes; (iii) Auditoria Interna; (iv) responsáveis pela gestão de riscos, controles internos e compliance; (v) gestor da área de Controladoria; e (vi) demais áreas operacionais e administrativas.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, o referido Comitê realizou um total de 30 (trinta) reuniões – sendo 12 (doze) ordinárias e 18 (dezoito) extraordinárias - fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, bem como aos Auditores Independentes e internos e acompanhou o andamento dos trabalhos da fiscalização especial estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão. Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados às demonstrações financeiras, aos sistemas de controles internos, processos contábeis, fisco-tributários e de gestão de riscos. Em conjunto com a Auditoria Interna, as possíveis melhorias identificadas foram

recomendadas e atendidas.

A Companhia apresenta suficiência de liquidez regulatória - conforme prescrita pela SUSEP - em relação a garantia das provisões técnicas, da ordem de R\$ 235,5 milhões em 31 de dezembro de 2021, como também excesso de capital regulatório no montante de R\$ 89,6 milhões, o que equivale a um índice de solvência regulatória de 106% (patrimônio líquido ajustado/capital de risco total), ao mesmo tempo em que o índice de solvência total da empresa alcança o patamar de 233% (patrimônio líquido/capital de risco total).

As demonstrações financeiras do IRB Brasil RE, incluídas as notas explicativas, foram examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), culminando com a emissão de parecer em 24 de fevereiro de 2022. A Administração do IRB Brasil RE, responsável pela elaboração, apresentação e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, forneceu aos auditores independentes todos os dados, documentações, informações e condições necessárias ao efetivo desempenho do objeto da prestação de seus serviços. As demonstrações financeiras, encerradas em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas em atendimento às normas legais e regulamentares, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras foram revistas e discutidas amplamente pelo Comitê - previamente à sua divulgação - que discutiu, com o Auditor Independente, seus relatórios e apontamentos. Adicionalmente, o Comitê revisou e discutiu com os auditores independentes sobre os PAA - Principais Assuntos de Auditoria identificados em seu exame. O Comitê concorda com a avaliação apresentada pelos auditores, incluída em seu relatório sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Ainda, a Companhia elaborou, para fins estritamente regulatórios, demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ajustadas de acordo com determinação da SUSEP de reclassificar certas variações cambiais de provisões estimadas como despesas operacionais de conformidade no Ofício Eletrônico nº 63/2020/COPRA/CGMOP/DIR4/SUSEP. Estas demonstrações financeiras também foram revistas pelo Comitê.

Declaração dos Diretores Estatutários sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores Estatutários do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE" ou "Companhia") declaram, para os fins do disposto no art. 25, parágrafo 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, acerca da revisão das Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis ao IRB Brasil RE, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

Raphael Afonso Godinho De Carvalho - Diretor Presidente, Vice-Presidente Executivo de Resseguros Interino
Wilson Toneto - Vice-Presidente Executivo Técnico e de Operações
Carlos André Guerra Barreiros - Vice-Presidente Executivo de Riscos, Conformidade e Jurídico
Willy Otto Jordan Neto - Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores Estatutários sobre as Demonstrações Financeiras do IRB-Brasil Resseguros S.A.

Os Diretores do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE" ou "Companhia") declaram, para os fins do disposto no art. 25, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis ao IRB Brasil RE, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

Raphael Afonso Godinho de Carvalho - Diretor Presidente
 Vice-Presidente Executivo de Resseguros Interino
Wilson Toneto - Vice-Presidente Executivo Técnico e de Operações
Carlos André Guerra Barreiros - Vice-Presidente Executivo de Riscos, Conformidade e Jurídico
Willy Otto Jordan Neto - Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do **IRB-Brasil Resseguros S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa (método direto) para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa (método direto) para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB-Brasil Resseguros S.A. e do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2020.

Porque é um PAA

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de resseguros (Notas 9, 20 e 27.9)
 Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem obrigações derivadas de seus contratos de resseguros que estão registradas na rubrica "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" ("Provisões Técnicas") nas demonstrações contábeis. A determinação dos valores de provisões técnicas dos contratos de resseguros envolve julgamento relevante da Administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Companhia. Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação de Passivos ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. O TAP envolve a apuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados brutos de retrocessão, descontados por taxa obtida por meio do modelo de Svensson para as curvas de cupom de IPCA prefixada e cupom cambial. O TAP também considerou premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na Nota 27.9.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes premissas e metodologias para a mensuração e o reconhecimento dessas provisões técnicas pode resultar em impactos relevantes na mensuração dessas provisões e nos resultados da Companhia. Consideramos que o resultado do cálculo das Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões reflete as premissas e metodologias divulgadas nas demonstrações contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de registro, avaliação e aprovação das provisões técnicas de resseguro e dos ativos de retrocessão, teste de efetividade de controles relevantes das contas técnicas de contratos automáticos e dos sistemas relevantes de Tecnologia da Informação que suportam esses controles, testes substantivos de detalhes das contas de sinistros a liquidar, administrativos e judiciais, e análise da elaboração e aprovação das notas técnicas atuariais da Companhia pelos responsáveis finais técnicas.

Adicionalmente, testamos as principais premissas financeiras e atuariais utilizadas pela Administração na determinação das provisões e comparamos com as premissas adotadas pelo mercado e/ou com base no histórico da Companhia, empregando procedimentos que incluem recálculos, testes de consistência, análise documental e qualitativa dos principais saldos das provisões técnicas e ativos de retrocessão em 31 de dezembro de 2021, testando a adequação e a completude das bases de dados utilizadas de emissão de apólices e de sinistros ou de contratos de retrocessão, conforme o caso, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Receita de prêmios emitidos líquidos de contratos de resseguros (Notas 25.1 e 27.14)

A mensuração da receita de prêmios líquidos de contratos de resseguros é um processo complexo em virtude das diversas variáveis que são utilizadas em sua apuração, dentre as quais se destacam:

- a análise e a aceitação do risco no processo de subscrição;
- o processamento e a contabilização do prêmio conforme os tipos de contratos - facultativos ou automáticos - e;

- os critérios de repartição dos prêmios - proporcionais e não proporcionais. Dessa forma, são necessários a consideração de diversos aspectos na apuração das estimativas e o reconhecimento da receita de prêmios emitidos nos montantes e períodos corretos. Consideramos o reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros como relevante em nosso processo de auditoria devido aos montantes envolvidos e as inúmeras peculiaridades envolvendo o processo de aceitação do risco, bem como o seu reconhecimento contábil. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
- Entendimento e teste da efetividade dos controles internos relevantes do processo de subscrição, de reconhecimento da receita de prêmios emitidos e dos sistemas relevantes de Tecnologia da Informação que suportam esses processos e controles.
- Utilização de técnicas de auditoria por computador para confirmar a integridade dos dados operacionais de prêmios emitidos para posterior comparação com os montantes registrados no sistema contábil.
- Em base amostral, testes de transações das operações de resseguros com foco nas confirmações das variáveis contratuais mencionadas, inspeção de documentação-suporte (contratos e apólices), e análise da aderência às políticas aplicadas para o reconhecimento dos prêmios efetivos e estimados derivados dos referidos contratos e apólices.
- Testes de liquidação subsequente de prêmios emitidos, com a inspeção de documentos que comprovem o recebimento dos montantes registrados contabilmente.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que as variáveis utilizadas no reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros são consistentes com as políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

avaliação da realização de tributos diferidos (Notas 11 e 27.10)

A Companhia possui saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente relacionados a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos considerando as suas expectativas de realização determinadas com base nas projeções de resultados tributáveis futuros.

avaliamos a governança em torno do processo de avaliação do valor recuperável, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo pelo Conselho de Administração e revisões posteriores pela Administração.

As projeções de fluxo de caixa e de resultados tributáveis futuros foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2021 e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades da Companhia, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia. Por essa razão, essa área permanece como foco em nossa auditoria.

Envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela Administração na preparação do seu plano de negócios, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também testamos a coerência lógica e aritmética das projeções.

Com o apoio de nossos especialistas em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos fiscais acumulados ao longo dos próximos anos. Também comparamos as projeções com o histórico de resultados auferidos em anos anteriores.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e as premissas utilizadas pela Administração na projeção do resultado são consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações suplementares

A Companhia apresentou, no Anexo 1 às demonstrações contábeis, informações suplementares referentes a cálculo de capital mínimo requerido, margem de solvência regulatória e conciliação da demonstração do resultado em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas informações são consideradas suplementares pois a sua divulgação não é requerida pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Submetemos essas informações suplementares aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia e, em nossa opinião, as mesmas são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a

comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

PwC PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
 Contadora
 CRC 1RJ087128/O-0

www.irbre.com

IRB Brasil Resseguros S.A. | CNPJ 33.376.989/0001-91

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 25/02/2022 17:16

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash:164573376173f104a89344ed9a5f43636a71d0f37